



Índice

Órgãos Sociais	3
Accionista	4
Rede Comercial e Direcções	5
Principais Indicadores	7
Mensagem do Presidente	8
Enquadramento Macroeconómico	
Economia internacional	11
Economia Cabo-verdiana	
Evolução Global	14
Política e Situação Monetária	15
Sector financeiro	17
Perspectivas para 2013	20
Síntese da Actividade	
Posição no Sistema bancário	22
Actividade Comercial	
Recursos	24
Concessão de crédito	26
Qualidade da Carteira de crédito	27
Operações de Mercado de capitais	30
Carteira de Investimento e negociação	31
Promoção e Marketing	31
Recursos Humanos	33
Responsabilidade Social	41
Análise da Situação Económico-financeira	
Evolução do Balanço	43
Demonstração de Resultados	50
Rácios Prudenciais	57
Eventos Subsequentes	59
Proposta de Distribuição de Resultado	60
Considerações finais	61
Anexos	63



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-geral

Presidente	David Hopffer Almada
Secretário	Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado
Secretário	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente	Jorge Fernando Gonçalves Alves
Vice-Presidente	Teófilo Figueiredo Almeida Silva
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto
Vogal	Luís de Carvalho Machado

Comissão Executiva

Presidente	Jorge Fernando Gonçalves Alves
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto

Conselho Fiscal

Presidente	João Manuel Barata da Silva
Vogais	João Higinio Rosário Silva
Vogais	José Carlos Ramos Cunha
Vogal Suplente	José Carlos Vitória Soulé
Vogal Suplente	Fernando Manuel Nunes Lourenço

Accionistas

A distribuição do capital social em 31 de Dezembro de 2012, era a seguinte:

Nome do Accionista	Nº Acções Final	CVE	% de Capital Final
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	70.000	700.000.000	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	11.110	111.100.000	11,11%
ADEGA, SA	6.428	64.280.000	6,43%
SITA, SA	5.447	54.470.000	5,45%
PEDRO JOSÉ SAPINTO RODRIGUES PIRES	1.655	16.550.000	1,66%
DAVID HOPFFER ALMADA	1.297	12.970.000	1,30%
FRANCISCO BARBOSA AMADO	839	8.390.000	0,84%
TERESA JESUS TEIXEIRA B.AMADO	839	8.390.000	0,84%
ALUCAR, SA	773	7.730.000	0,77%
RACAN, Lda.	773	7.730.000	0,77%
JOÃO HIGINO ROSÁRIO SILVA	452	4.520.000	0,45%
MÁRIO JORGE MENEZES	387	3.870.000	0,39%
	100.000	1.000.000.000	100,00%

Rede Comercial e Direcções

Área	Responsável
Direcção Comercial (DCM)	Ana Cruz Directora
Gabinete de Empresas (GEM)	Ângela Lopes Coordenadora
Gabinete de Particulares (GPA)	Ana Paula Vaz Coordenadora
Agência Sede	Ludmila Ribeiro Gerente Micas Prazeres Sub-Gerente
Agência ASA - Largo Europa	Dulcelinda Baptista Gerente Maria José Brandão Sub-Gerente
Agência Plateau	José Mário Tavares Gerente Inês Fernandes Sub-Gerente
Agência Achada Grande Frente	José Mário Tavares Gerente Joanita Salomão Sub-Gerente
Agência Assomada	Isa Miranda Sub-Gerente
Agência São Vicente	Gracinda Nascimento Gerente Leotino Neves Sub-Gerente
Agência Espargos	Maria Albertina Fortes Gerente Graciett Ramos Sub-gerente

Rede Comercial e Direcções

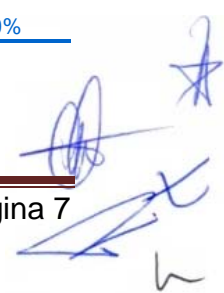
(Continuação)

Área	Responsável
Agência Santa Maria	Carla Brito Gerente
Agência Boa Vista	Maria Pinto Gerente Rosinda Santos Subgerente
Direcção Suporte Operacional (DSO)	Ana Cruz Directora
Gabinete de Tecnologia e Organização (GTO)	Paulo Monteiro Coordenador
Gabinete de Mercados Financeiros (GMF)	Deisy Bernardino Coordenadora
Gabinete de Apoio ao Negócio (GAN)	Ana Cruz Directora
Gabinete de Gestão de Risco (GGR)	Alberto Jesus
Gabinete de Contabilidade e Planeamento (GCP)	Maria Idalsisa Martins Coordenadora
Gabinete de Marketing (GMK)	Ana Cristina Rodrigues Coordenadora
Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC)	Carla Sofia Mota Chefe de Sector
Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)	Carlos Gonçalves Coordenador
Gabinete de Recursos Humanos (GRH)	Christine Rodrigues Subchefe Administrativo
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)	Osvaldina Martins Chefe de Sector
Gabinete de Apoio Logístico (GAL)	Pedro Gomes Chefe de Sector



Principais Indicadores

Indicadores em 31 de Dezembro	Mil CVE			
	2011	2012	Valor	%
INDICADORES DO BALANÇO				
Activo Líquido	17.978.206	18.367.742	389.536	2,17%
Disponibilidades	2.215.700	1.758.436	-457.264	-20,64%
Títulos da Dívida Pública	1.715.870	1.485.375	-230.495	-13,43%
Crédito a clientes	12.827.600	13.067.794	240.194	1,87%
Crédito a clientes Bruto	13.906.501	14.386.023	479.522	3,45%
Crédito e juros com imparidade	1.911.862	2.164.896	253.033	13,23%
Imparidade créditos clientes	1.012.737	1.259.101	246.364	24,33%
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.902.555	15.772.730	1.870.175	13,45%
Depósitos dos Clientes	12.658.868	14.213.822	1.554.953	12,28%
Capitais Próprios	1.558.955	1.642.535	83.580	5,36%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO				
Produto Bancário	916.421	900.193	-16.228	-1,77%
Resultado Antes de Impostos	131.758	134.523	2.765	2,10%
Resultado Líquido	120.743	124.541	3.798	3,15%
OUTROS INDICADORES				
Rentabilidade				
Resultado Líquido / Activo	0,67%	0,68%		0,01 p.p
Resultado Líquido / Capitais Próprios	7,75%	7,58%		-0,16 p.p
Solvabilidade e Transformação				
Capitais Próprios/ Activos	8,67%	8,94%		0,27 p.p
Rácio de Transformação (Crédito Bruto/Recursos dos Clientes)	100,03%	91,21%		-8,82 p.p
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)	14,62%	14,36%		-0,25 p.p
Qualidade dos Activos				
Créditos Vencido/Crédito Bruto	13,75%	15,05%		1,30 p.p
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A " nº 150/DSE/2009)	6,94%	8,12%		1,18 p.p
Crédito e juros com imparidade/Crédito Total	7,89%	9,64%		1,74 p.p
Imparidades dos Créditos / Crédito e juros com imparidade	52,97%	58,16%		5,19 p.p
Produtividade e Eficiência				
Margem Complementar/Produto Bancário	27,10%	25,35%		-1,74 p.p
Gastos Administrativos/Produto Bancário	57,29%	58,35%		1,05 p.p
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	240.812	257.505	16.692	6,93 p.p
Nº de Empregados	111	112	1	0,90%
Nº de Agências	9	9	0	0,00%
Empregado por Agência	12,3	12,4	0,1	0,90%
(Créditos+Depósitos)/nº Agências	2.970.017	3.204.503	234.485	7,90%





Mensagem do Presidente

O Exercício de 2012 ficou marcado pela continuação dos efeitos da crise económica e financeira que assola o mundo e afecta especialmente a zona Euro.

Neste período assistiu-se a uma degradação generalizada dos indicadores económicos e financeiros dos principais parceiros de Cabo Verde, assim como da confiança dos investidores, com efeito negativo na actividade económica e, consequentemente, na actividade bancária.

Os dados da economia caboverdiana, apontam para uma desaceleração do crescimento da actividade económica assim como da inflação em 2012

A evolução da situação monetária evidencia um comportamento similar, refletindo o efeito das medidas de política monetária tomadas pelo Banco Central no início do ano, com o aumento das Reservas Mínimas de Caixa e das taxas de referência.

O Banco Interatlântico conseguiu enfrentar a crise e os seus efeitos, tendo registado ganhos assinaláveis a nível do desempenho global da Instituição, com especial realce para a actividade comercial, onde se destaca os ganhos conseguidos a nível da captação de recursos.

O Banco conheceu um crescimento global dos recursos de clientes, na ordem dos 13,45% em relação a Dezembro de 2011.

No segmento de Particulares, o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 780.288 contos, (+10,63% face a Dezembro de 2011. De realçar aqui o crescimento dos depósitos a prazo de emigrantes que cresceram 319.338 contos (+15,09%) face ao mesmo período.



No segmento de empresas e sector público, assistiu-se a um crescimento ainda maior dos recursos no mesmo período, aumento esse de 1.070.765 contos (+16,72%).

Na vertente do crédito, apesar da preocupação do Banco em conter a carteira, os dados disponíveis apontam também para um desempenho ligeiramente acima do sector, sendo de realçar o crescimento registado no segmento de empresas.

Em resultado da situação económica, continuou a assistir-se a um aumento da morosidade dos clientes, provocando um crescimento do crédito vencido em 13,23% face ao período homólogo. O indicador de Qualidade do Crédito, definido pelo Banco de Cabo Verde, situou-se em 8,12% em 2012, contra 6,94% em 2011, o que obriga a que se dedique uma atenção especial de todo o Banco, ao longo do exercício de 2013, a esta vertente de negócio.

Em termos de resultados, o Banco atingiu um resultado líquido de 124.541 contos, o que representa um aumento de 3.798 contos (+3,15%) face ao ano anterior.

A margem financeira no exercício findo, situou-se em 671.958 contos, evidenciando um aumento de 3.848 contos (0,58%) relativamente a 2011.

Quanto à margem complementar, esta totalizou 228.235 contos, registando um decréscimo de 20.075 contos (-8,08%) comparando com o período homólogo, realçando-se aqui o decréscimo verificado nos dividendos recebidos e rendimentos dos outros serviços prestados. A decisão do BCV sobre isenções obrigatórias de comissionamentos clientes contribuiu também para tal resultado.

O aumento da morosidade traduziu-se no aumento da imparidade do crédito que se situou no final do ano em 1.259.101 contos, representando um crescimento de 246.364 contos (+24,33%) face ao ano anterior. De realçar que este valor de imparidade representa 97,86% do valor do crédito e juros vencidos a 31 de Dezembro de 2012, definidos de acordo com a Circular Série A nº 150/DSE/2009, de



28.Dez.2009, do Banco de Cabo Verde, registando um aumento de cobertura face aos valores registados no ano transacto era de 85,40%.

O Banco encerrou o exercício de 2012 com um rácio de solvabilidade de 14,36%, bastante superior ao mínimo legal exigido.

Medidas anunciadas pelo Banco Central, apontam no sentido do aumento do nível de exigência em termos de rácio de solvabilidade, prevendo-se no futuro próximo que o mesmo seja determinado considerando exclusivamente os Fundos Próprios de Base excluindo assim, as Obrigações Subordinadas. Actualmente, se aplicássemos esse critério, o rácio de solvabilidade do Banco situar-se-ia nos 10,49%.

O exercício de 2013 irá certamente ser ainda condicionado pela crise financeira internacional que afecta em especial os países que se têm constituído como os principais parceiros de Cabo Verde e de onde são originários importantes fluxos financeiros, tanto em termos de remessas de emigrantes, de investimento como de ajuda orçamental.

Em 2013 o Banco continuará, à semelhança do verificado no ano anterior, a apostar na melhoria da rentabilidade das operações, aspecto fundamental para a solvabilidade, confiança dos clientes, accionistas e investidores, na busca de uma maior eficiência no seu funcionamento visando a economia de custos e melhoria permanente da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, visando a satisfação dos mesmos e consolidação da sua posição no mercado financeiro cabo-verdiano.

O acompanhamento e a recuperação do crédito vencido, merecerá atenção permanente do Banco, devendo as operações do sector da imobiliária turística ser objecto de atenção especial e ao mais alto nível da instituição, à semelhança do exercício que ora finda.

Estamos convencidos de que com a dedicação, profissionalismo e atitude ganhadora que caracteriza a equipa do Banco, vamos conseguir vencer as dificuldades e ultrapassar as expectativas.

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1.- ECONOMIA INTERNACIONAL

De acordo com o Fundo Monetário Internacional o ritmo de crescimento da economia mundial abrandou de 3,9% para 3,2%, em 2012, em grande medida devido à crise económica e financeira na Europa.

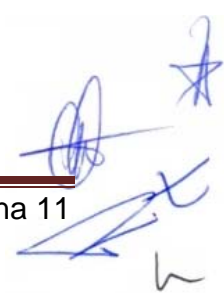
Estima-se que a actividade económica da Zona Euro tenha contraído 0,4% em 2012, em resultado, sobretudo, do impacto na economia real e a menor confiança dos agentes económicos do processo de consolidação orçamental dos países sobre endividados e respectivo contágio aos demais países da região. As condições de financiamento da economia ainda são restritivas (não obstante o aumento da liquidez no sistema bancário e redução dos juros das dívidas soberanas), o que também explica o comportamento desfavorável da economia dessa região monetária e o aumento da taxa de desemprego para máximo histórico (11,7% em Dezembro de 2012).

INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxa de Variação (em %)		Taxa de Variação (em %)			
	PIB		Inflação		Desemprego	
	2011 E	2012P	2011 E	2012P	2011 E	2012P
Área do Euro	1,4	-0,4	2,7	2,3	10,2	11,2
EUA	1,8	2,2	3,1	2,0	9,0	8,2
China	9,2	7,8	5,4	3,0	4,1	4,1
Índia	6,8	4,9	8,9	10,2	-	-
Brazil	2,7	1,5	6,6	5,2	6,0	6,0
África Sub-Sahariana	5,1	5,0	9,7	9,1	-	-

Notas: E- Estimativas; P- Projeções

Fonte: Relatório Política Monetária BCV - Novembro



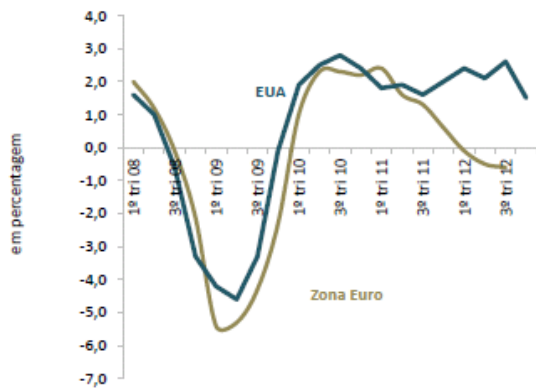
Os EUA foram dos poucos países a registar uma aceleração no seu ritmo de crescimento em 2012 (de 1,8% para 2,2%), não obstante a contracção registada no 4º trimestre. Os estímulos monetários, nomeadamente, a manutenção das taxas de juros de referência perto de 0%, bem como a aquisição das garantias dos empréstimos hipotecários pelo Federal Reserve, impulsionando os investimentos (empresariais e residenciais) e, em consequência, o consumo privado, terão contribuído em larga medida para o melhor desempenho da economia norte americana e para a redução da taxa de desemprego para 7,8% (8,5% em Dezembro de 2011).

A desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica dos mercados emergentes e em desenvolvimento (de 6,3% para 5,1%) igualmente contribuiu para o desempenho menos favorável da economia global em 2012. Na perspectiva do FMI, a economia dos países em desenvolvimento foi grandemente afectada pela redução da procura por parte dos países avançados.

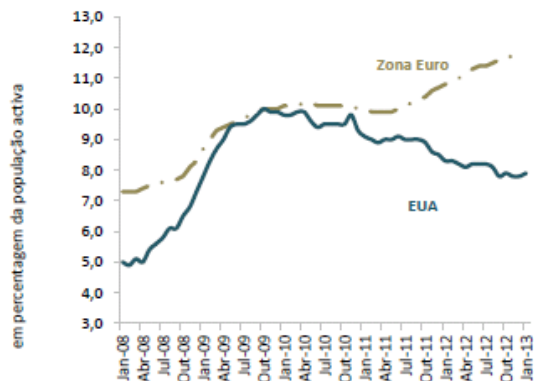
O abrandamento da actividade económica global determinou a redução de pressões inflacionistas. Nos mercados das matérias-primas, de registar a estabilização dos preços do petróleo (brent cresceu 0,9% em termos médios anuais, que compara ao crescimento 32% em 2011). Refira-se, também, à redução dos preços dos bens alimentares (na ordem dos 7%), não obstante a queda da produção de cereais devido à seca nos EUA, Europa e Ásia. Entre outros factores (endógenos), a evolução dos preços no produtor determinaram o abrandamento dos preços no consumidor a nível global. As economias avançadas e os mercados emergentes e em desenvolvimento registaram uma desaceleração da inflação na ordem dos 0,7 e 1,1 pontos percentuais respectivamente, de acordo com o FMI.

Indicadores Económicos Internacionais

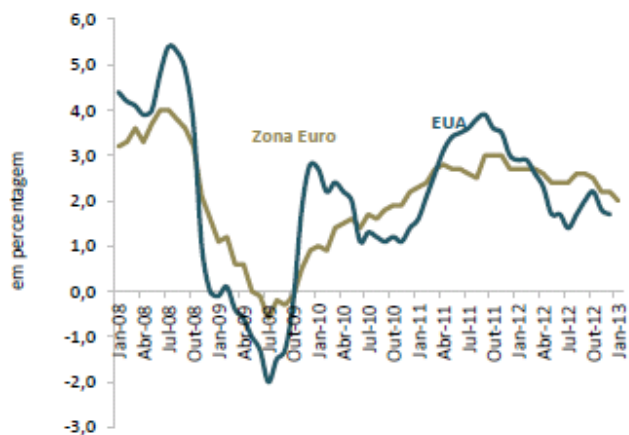
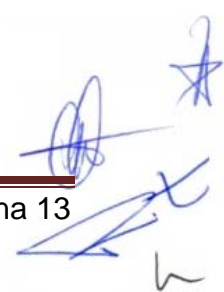
Produto Interno Bruto
(taxa de variação homóloga)



Taxa de Desemprego



Índice de Preços no Consumidor
(taxa de variação homóloga)



1.2.- ECONOMIA CABOVERDIANA

1.2.1.- Evolução Global

Segundo o Banco de Cabo Verde, os indicadores de tendência da atividade económica nacional sugerem uma contracção da procura interna e uma aceleração da procura externa líquida em 2012. Para o comportamento deste indicador explicada sobretudo pela queda (em volume) das importações de bens de consumo não duradouros. Em termos acumulados, o indicador do consumo registou uma diminuição de 4,4%, em termos nominais, em 2012 (+7,6% em 2011).

Relativamente aos indicadores de investimento, de notar que o aumento da formação bruta de capital fixo em transportes (determinado, essencialmente, pela aquisição de dois Boeings pelos TACV) não foi suficiente para compensar a redução dos investimentos em equipamentos e na construção. O comportamento desfavorável da FBCF em equipamentos estará relacionado com o esgotamento do efeito do investimento excepcional realizado em 2011 no sector energético, enquanto o desempenho do sector da construção poderá ser justificado pelo aumento das restrições ao financiamento interno e externo da economia. Assim, em termos acumulados, o indicador agregado da formação bruta de capital fixo registou uma queda de 6,5% em 2012 (+19,2% em 2011).

Informações provisórias sugerem um aumento significativo do contributo da procura externa para o crescimento, explicado principalmente pela queda das importações de mercadorias e aumento das receitas de turismo.

Do lado da oferta, a evolução do indicador de clima económico sugere uma desaceleração da actividade económica em 2012, em função do comportamento desfavorável dos sectores dos transportes, indústria e comércio.

A atender à evolução dos indicadores de confiança, bem como à evolução dos indicadores quantitativos infere-se que o turismo tenha sido o sector da actividade económica mais dinâmico em 2012. Registe-se também que dados provisórios sugerem algum aumento do contributo da agricultura e das pescas para o crescimento em 2012.

A taxa de inflação média anual fixou-se nos 2,5% em Dezembro de 2012, dois pontos percentuais abaixo do valor registado em período homólogo. A desaceleração dos preços no consumidor ao longo de 2012 reflecte, em larga medida, a inversão da tendência dos preços internacionais de bens alimentares e combustíveis, bem como a estimada redução da procura interna. Registe-se ainda que, a evolução média anual do IPC excluindo energia e do IPC excluindo energia e bens alimentares não transformados sugere uma deflação dos preços dos bens alimentares não transformados, que poderá estar parcialmente relacionado com algum aumento da produção doméstica de frescos, numa conjuntura de redução da procura interna.

O comportamento da inflação homóloga (que vem apresentando um perfil ascendente desde Abril), entretanto, sugere um aumento de pressões inflacionistas, relacionadas, por um lado, com o esgotamento do efeito de correcção dos preços internacionais e, por outro, com o aumento da procura turística. Essa tendência deverá agravar-se nos próximos meses com o impacto nos preços no consumidor da entrada em vigor das medidas administrativas (normalização da taxa do IVA nos bens e serviços administrados, bem como no sector do turismo) previstas no Orçamento do Estado para 2013.

1.2.2. - Política e Situação Monetária

Os desenvolvimentos nas contas externas, aliados ao aumento do crédito líquido ao Sector Público Administrativo determinam a aceleração da expansão monetária. De



acordo com informações provisórias, o agregado M2 cresceu 6,3% em 2012 (2,1% em 2011), em resultado do aumento das reservas internacionais líquidas do país (13%), da redução dos depósitos do Governo (em 33%) e do aumento do crédito do Governo, tanto junto ao sistema bancário como junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (respectivamente em 3,2% e 7,5%).

O crédito à economia registou um decréscimo de cerca de 1% (que compara ao crescimento de 12% observado em 2011), em resultado, principalmente, da redução do crédito concedido a particulares para outros fins (em 14,4%). A aplicação de critérios mais restritivos na aprovação das propostas, bem como o aumento da aversão ao risco poderão explicar a política de crédito dos bancos em 2012.

A massa monetária em sentido estrito, que sinaliza a evolução da procura de moeda para transacções, cresceu 5,9% em Dezembro, em termos homólogos, reflectindo principalmente o aumento dos depósitos à ordem (7,1%). Por seu turno, os passivos quase monetários cresceram 6,5%, impulsionados pelo aumento dos depósitos dos emigrantes (8,9%) e dos depósitos a prazo em moeda nacional (8,1%). Em termos agregados os depósitos cresceram 7,9%, quando em 2011 reduziram 0,5%.

Os desenvolvimentos económicos e financeiros dos últimos seis meses são, em certa medida, consistentes com a transmissão, à economia real, de medidas implementadas, em particular no início do ano (aumento das taxas de reservas obrigatórias de 16 para 18% e das taxas de referência do Banco de Cabo Verde em 150 pontos base). Com efeito, as condições de financiamento da economia tornaram-se mais restritivas e o crédito à economia quase que estagnou.



1.2.3. -Sector Financeiro

Cabo Verde dispõe hoje de oito Bancos “on-shore” e uma dezena de instituições financeiras a operar na zona “off-shore”.

Segundo o Boletim de Estabilidade Financeira referente ao primeiro semestre de 2012, publicado pelo Banco de Cabo Verde (BCV) no final do ano de 2012, a concentração da indústria bancária, situa-se a um nível ligeiramente inferior aos valores dos anos anteriores, o que sugere maior competitividade/concorrência entre as instituições de crédito.

Segundo ainda o BCV, apesar do crescimento da actividade bancária, tanto a rentabilidade quanto a solvabilidade dos bancos deterioraram-se, face ao período homólogo, ainda que de forma pouco significativa. Principais responsáveis por esta evolução foram o aumento dos custos com juros, o acréscimo de gastos administrativos e a redução dos rendimentos em instrumentos de capital.

A composição da estrutura das aplicações dos bancos não apresentou alterações significativas face ao ano transacto, continuando o crédito e os títulos a representar quase a totalidade do Activo, com, respectivamente, 54,66% e 15,72%, seguido das Disponibilidades, com 13,74%. Por sua vez, os depósitos, nas suas diversas modalidades, continuam sendo a principal fonte dos recursos dos bancos. No período em análise, a variação homóloga global dos depósitos é positiva, graças à evolução positiva dos Depósitos a prazo (12,9%). Os depósitos de emigrantes somaram 43,3 milhões de contos, ante os 39,6 milhões de contos, em Junho do ano anterior, o que representa uma taxa de variação homóloga de 9,3%.

A evolução positiva na captação de depósitos (8,5%), superior à expansão da carteira de crédito (4,83%), reflectiu-se no rácio de transformação dos depósitos em crédito. Com efeito, o índice, ainda que em contínua evolução positiva, evidenciou uma ligeira redução no ritmo de crescimento, situando-se em Junho de 2012 nos



82,20%, ante os 85,19% do período homólogo. Este comportamento indicia uma ligeira redução do risco de liquidez.

Os recursos de instituições de crédito, bem como os outros depósitos perfazem juntos acima de 90% do total de recursos para financiamento das suas operações.

Outro dos riscos assinalados pelo BCV é o de crédito, com impacto no aumento da imparidade (líquida de recuperações) em resultado dos efeitos da actual conjuntura económica nacional. O rácio Provisões/Crédito situou-se em 73,76% em 2012, que compara com o nível de 100,19% de 2011, o que representa uma redução significativa de constituição de provisões, face ao ano anterior. A deterioração da qualidade da carteira de crédito relaciona-se com a conjuntura económica menos favorável, manifestando-se no aumento do incumprimento por parte seja de particulares seja de empresas.

Os principais indicadores de rentabilidade do sistema bancário acusaram nos primeiros 6 meses do ano de 2012 valores inferiores aos registados nos períodos anteriores, o que sugere um desempenho menos favorável na gestão de recursos financeiros que são disponibilizados pelos depositantes e credores do sistema. Neste contexto, a rentabilidade do Activo (ROA – Return on Assets) fixou-se em 0,21% (face a 0,25% no período homólogo) e a rentabilidade dos capitais próprios (ROE – Return on Equity) registou o valor de 2,92% (face a 3,23% no período homólogo).

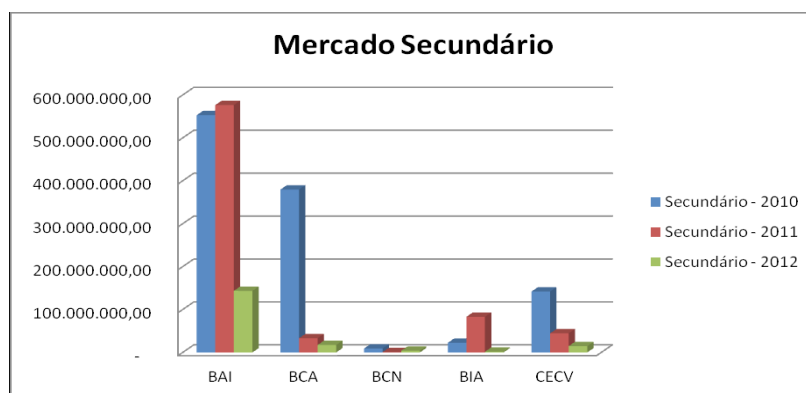
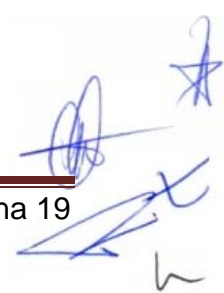
É ainda referido pelo BCV que foram realizados “stress tests” com base nos dados de Junho de 2012, relativos aos quatro maiores bancos do sistema, representativos de mais de 90% do total do activo do sistema bancário nacional, para avaliar as vulnerabilidades das instituições bancárias à materialização dos riscos de crédito, de taxa de juro e de taxa de câmbio, assumindo que as perdas resultantes têm impacto directo sobre o rácio de adequação de capital. Os resultados dos testes de esforço confirmaram, regra geral, a elevada vulnerabilidade do sistema bancário nacional à materialização dos riscos de crédito, sobretudo nos sectores da Construção, Turismo

Habitação e Consumo. Adicionalmente, as instituições expõem-se em montantes elevados em relação aos principais devedores, pelo que o risco de concentração apresenta-se como um dos riscos maiores do sistema bancário bem como de taxa de juro, e particularmente de concentração face a um número reduzido mas significativo de contrapartes.

Em 2012 a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) realizou várias Ofertas Públicas de Subscrição (OPS), mas, ao contrário do verificado no ano transacto, apenas de dívida pública (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro) o que se tem de destacar por terem sido realizados pela primeira vez através da BVC.

A Bolsa manteve uma evolução favorável em termos de capitalização bolsista, embora ainda mantenha uma dimensão reduzida (a capitalização bolsista global atingiu os 28,6 milhões de contos (uma redução de 9,3% face ao ano anterior). Estão cotadas quatro empresas no segmento accionista e no segmento obrigacionista estão cotadas oito emissões de Obrigações do Tesouro e dezasseis emissões de Obrigações de Empresas.

Durante o ano realizaram-se nove operações no mercado primário com um montante global superior a 11,4 milhões de contos. O Volume de Negócios no mercado secundário foi de 357 mil contos (uma redução de 51% face a 2011). A participação do Banco Interatlântico no mercado secundário permitiu que em 2012 atingisse a 2ª posição do mercado.



Fonte: Bolsa Valores de Cabo Verde

1.2.4. -Perspectivas para 2013

Para 2013, as perspectivas para a evolução da actividade económica nacional, em linha com o desenvolvimento da conjuntura externa, será marcada por um ambiente de elevadas incertezas. Assim, o Governo aponta, no Orçamento de Estado para 2013, para a implementação de políticas macroeconómicas para suportar a procura, minimizando, por um lado, o impacto corrosivo da crise da dívida soberana nos principais parceiros de Cabo Verde na Zona Euro, e por outro, a redução da dependência da ajuda e fluxos externos.

A conjuntura nos principais países parceiros de Cabo Verde pode constituir sérios riscos à recuperação do turismo e dos investimentos externos realizados no país, podendo igualmente afectar quer as transferências oficiais quer as remessas dos emigrantes. Assume especial relevo a redução dos salários reais nos principais parceiros do país bem como as incertezas que ainda persistem no mercado da dívida soberana, com impactos ao nível da estabilidade do sistema financeiro global.

A política monetária e cambial continuará certamente a ser pautada pela preservação do regime de paridade fixa com o euro e pelo objectivo da estabilidade de preços que terão como instrumentos de suporte, por um lado, a gestão do diferencial das taxas de juro internas com as taxas Euribor e, por outro, a acumulação de reservas externas em níveis sustentáveis.

O grande desafio da política monetária e cambial será a manutenção do poder de compra da moeda e da sua credibilidade nominal, de forma a promover o crescimento económico sustentável e a criação de emprego.

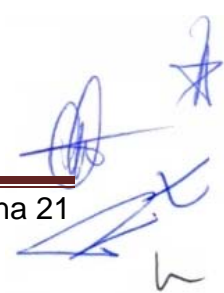
Perspectiva o Governo, mesmo com os riscos assinalados, que o crescimento económico para 2013 deverá situar-se em torno de 5%, em função do desenvolvimento da conjuntura económica e financeira internacional e da procura

interna. A conjuntura internacional poderá condicionar a procura externa com consequências sobre exportações de bens e serviços nacionais.

Quanto a Inflação, as previsões do MFP apontam para uma inflação no intervalo [2.5%-3.5%] em 2013, tendo em consideração as perspectivas de redução dos preços internacionais das matérias-primas energéticas e não energéticas.

	Unidades	Entidade	2012P	2013P
Sector Real				
PIB real	Var %	MFP	+/- 5	+/- 5
IPC	Var m %	MFP]2.1 - 2.5[[2.5 - 3.5]
Sector Monetário				
Activo Externo Líquido	Var %	BCV	7.8	14.3
Crédito à Economia	Var %	BCV	4.2	4.5
Massa Monetária	Var %	BCV	5.6	8.1
Sector Externo				
Defice Conta Corrente e de Capital	em % PIB	BCV	9.7	5.4
RIL/Importações	meses	BCV	3.5	3.7

Fonte: Banco de Cabo Verde e MFP





2. Síntese da Actividade do Banco

2.1.- Posição no Sistema Bancário

O Banco Interatlântico conseguiu enfrentar a crise e os seus efeitos tendo registado ganhos a nível do desempenho global da Instituição, com especial realce para a actividade comercial, onde se destaca ao ganho conseguidos a nível da captação de recursos.

O Banco conheceu um crescimento global dos recursos de clientes na ordem dos 13% em relação a Dezembro de 2011.

No segmento de Particulares o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 780.288 contos 10,63% face a Dezembro de 2011. De realçar aqui o crescimento dos depósitos a prazo de emigrantes que cresceram 319.338 contos (+15,09%) no mesmo período.

No segmento de empresas e sector público, assistiu-se a um crescimento ainda maior dos recursos face a Dezembro de 2011, tendo aumentado em 1.070.765 contos (+16,72%).

A quota de mercado do Banco registou assim um acréscimo de 0,79 p.p.

Recursos Totais	Dez-11	Nov-12	2012/2011	
			Valor	%
Sistema	111.542.652	116.094.945	4.552.294	4,08%
BI	13.902.555	15.392.275	1.489.720	10,72%
Quota Mercado	12,46%	13,26%		0,79 p.p

Fonte: Banco Cabo Verde (Posição Novembro 2012)

Na vertente do crédito apesar da preocupação do Banco em conter a carteira os dados disponíveis apontam também para um desempenho ligeiramente acima do sector, sendo de realçar o crescimento registado no segmento de empresas.

O crédito ao Cliente, em termos brutos, atingiu 15.732.033 contos no final de Novembro, representando uma evolução de 175.826 contos (+1,13%) relativamente ao dezembro 2011.

A nível do Crédito Global, a quota do mercado do Banco passou de 13,51% para 13,67%, evidenciando um ganho de 0,16 p.p.

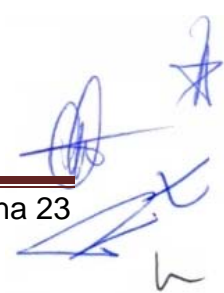
Crédito Bruto	Dez-11	Nov-12	2012/2011	
			Valor	%
Sistema	115.172.257	115.123.807	-48.450	-0,04%
BI	15.556.207	15.732.033	175.826	1,13%
Quota Mercado	13,51%	13,67%		0,16 p.p

Fonte: Banco Cabo Verde (Posição Novembro 2012)

Considerando o volume de negócios (recursos adicionado do crédito), verifica-se que o Banco Interatlântico aumentou a sua quota global que se situou nos 13,46%, o que representou um crescimento, face ao período homólogo, de 0,47 p.p.

Volume de Negocios

Volume de Negócios	Dez-11	Nov-12	2012/2011	
			Valor	%
Sistema	226.714.908,75	231.218.752,74	4.503.844	1,99%
BI	29.458.762	31.124.308	1.665.546	5,65%
Quota Mercado	12,99%	13,46%		0,47 p.p





2.2.- Actividade Comercial

2.2.1.- Recursos

Os recursos totais de clientes no ano de 2012 ascenderam a cerca de 15.772.730 contos, correspondendo a um aumento de 1.870.175 e uma variação de 13,45% face a 2011. Os recursos totais de clientes englobam os Depósitos de Clientes, no montante de 14.213.822 e com um peso de 90,12%, bem como as Captações de Liquidez, decorrentes dos títulos colocados no mercado secundário incluindo rendimentos deferidos, com um total de 1.339.053, correspondentes ao 8,87% da carteira de recursos de clientes. Os outros recursos (cheques a cobrar) totalizam o montante 14.529 contos e juros e encargos a pagar no montante de 145.326 contos.

Em 31 de Dezembro de 2012, a carteira de depósitos de clientes incluem depósitos à ordem no montante de 5.739.549, que aumentaram 7,23%, depósitos a prazo com um saldo de 8.299.908 contos, que aumentaram 16,14% e depósitos poupança no montante de 174.365 contos registando um aumento de 9,04%.

Em relação aos Títulos do Tesouro colocados no mercado secundário, eles atingiram o montante de 1.399.053 contos, o que representou um decréscimo de 27,52% face ao período homólogo, em virtude da diminuição das taxas de juro dos mesmos no mercado primário, o que levou a alguma substituição de Obrigações por Depósitos a Prazo. Do total dos Títulos do Tesouro colocados no mercado secundário apresentados, 1.383.600 contos diz respeito ao capital e 15.453 contos são juros a pagar.

O rácio de transformação medido pelo crédito líquido relativamente aos recursos de clientes situou-se em 91,21% em Dezembro de 2012.

Analisando os Depósitos por segmento de clientes, constatamos que os Particulares continuam a deter maior peso no Depósito Total, apesar de ter decrescido ligeiramente, passando de 53,41% para 52,08%.

As Empresas, por seu lado, verificam um ligeiro aumento na sua quota-parte, tendo passado de 46,59% para 47,92%. No segmento de empresas assistiu-se a um crescimento nos recursos face a Dezembro de 2011 de 16,72%, enquanto no segmento de particulares, o crescimento registado foi de 10,63%.

Mil CVE

Depósitos	2011		2012		2012/2011	
Empresa	6.404.285	46,59%	7.475.050	47,92%	1.070.765	16,72%
Particulares	7.342.084	53,41%	8.122.372	52,08%	780.288	10,63%
Total Geral	13.746.368	100,00%	15.597.422	100,00%	1.851.053	13,47%

* Exclui juros a pagar e cheques a cobrar

Mil CVE

	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Recursos de clientes	13.902.555	15.772.730	1.870.175	13,45%
Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)	12.658.868	14.213.822	1.554.953	12,28%
À ordem (1)	5.352.507	5.739.549	387.042	7,23%
DO - Sector público Administrativo	82.552	283.704	201.152	243,67%
DO Residentes	4.009.904	4.167.268	157.364	3,92%
DO - Não residentes	783.110	809.835	26.725	3,41%
DO Emigrantes	476.941	478.742	1.801	0,38%
À Prazo (2)	7.146.456	8.299.908	1.153.452	16,14%
DP Residentes	4.155.735	4.760.502	604.767	14,55%
DP Emigrantes	2.115.867	2.435.204	319.338	15,09%
DP - Não residentes	874.854	1.104.201	229.347	26,22%
Poupança (3)	159.905	174.365	14.460	9,04%
Poupança Jovem	159.905	174.365	14.460	9,04%
Títulos Tesouro -Mercado Secundário	1.097.123	1.399.053	301.929	27,52%
Bilhete de Tesouro - Cliente				
Obrigações de Tesouro - Cliente	1.087.500	1.383.600	296.100	27,23%
Juros a Pagar BT/OTcliente	9.623	15.453	5.829	60,57%
Outros Recursos	15.075	14.529	-545	-3,62%
cheques e ordens a pagar	15.075	14.529	-545	-3,62%
Juros e Encargos Similares de clientes	131.488	145.326	13.838	10,52%
Residentes	72.791	76.934	4.143	5,69%
Não residentes	58.697	68.392	9.695	16,52%

2.2.2. - Concessão de crédito

A carteira do crédito bruto não representado por valores mobiliários totalizou 13.754.227 contos registando um crescimento de 4,81% face ao Dezembro de 2011.

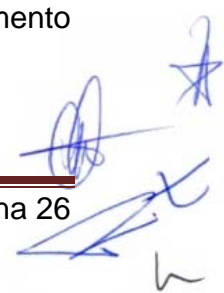
	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Mil CVE				
Credito a clientes				
Outros créditos e valores a receber (titulados)	783.631	625.414	-158.217	-20,19%
De outros emissores nacionais	783.034	631.746	-151.288	-19,32%
Rendimentos a receber/Deferidos	10.810	15.202	4.392	40,62%
Rendimentos receber Titulos	10.543	14.790	4.247	40,28%
Receitas com rendimento diferido	267	412	144	54,02%
Imparidade	10.213	21.534	11.321	110,85%
Crédito não representado por valores mobiliários Bruto	13.123.467	13.754.277	630.810	4,81%
De curto prazo	592.000	671.842	79.842	13,49%
De médio e logo prazo	10.357.972	10.657.472	299.500	2,89%
Crédito ao pessoal	261.633	260.067	-1.566	-0,60%
Situação Normal	11.211.605	11.589.381	377.777	3,37%
Crédito e Juros Vencidos	1.911.862	2.164.896	253.033	13,23%
Capital	1.897.726	2.148.681	250.955	13,22%
Despesas de Crédito Vencido	14.136	16.215	2.079	14,71%
Imparidade de crédito a clientes e crédito/juros vencidos	1.002.525	1.237.568	235.043	23,45%
Crédito não representado por valores mobiliários Líquido	12.120.942	12.516.710	395.767	3,27%
Rendimentos a receber/Deferidos	76.974	74.330	-2.644	-3,43%
Rendimentos a receber credito	76.974	74.330	-2.644	-3,43%
Crédito Sobre Clientes (Líquido)	12.827.600	13.067.794	240.194	1,87%

No tocante aos diferentes segmentos os saldos apresentaram a seguinte distribuição:

Crédito não representado por valores mobiliários

	Mil CVE			
Descritivo	Credito Normal	Credito Vencido	Total	%
Particular (P)	4.058.715	353.460	4.412.175	32,08%
Empresa (E)	7.530.667	1.811.436	9.342.102	67,92%
Total Credito Bruto	11.589.381	2.164.896	13.754.277	100%

O crédito a empresas representou 67,92% da carteira de crédito total bruto, enquanto o crédito a particulares representou 32,08%, o que representou um crescimento deste sector face ao ano transacto.





2.2.3 Qualidade da Carteira de Crédito

Em virtude do abrandamento global verificado na economia, com o conseqüente aumento da morosidade no sistema, a carteira de crédito do Banco registou uma degradação em relação ao exercício anterior.

Assim, apesar dos esforços no acompanhamento e recuperação do crédito, com o reforço dos procedimentos e do efectivo da unidade responsável pela recuperação do crédito, o volume de crédito em situação vencida registou um aumento de 13,23% em relação a 2011, passando de 1.911.862 contos para 2.164.896 contos em Dezembro de 2012.

O rácio de crédito vencido passou de 13,75% em 2011 para 15,05%, evidenciando um agravamento de 1,3p.p.

O indicador de qualidade do crédito (crédito em incumprimento/crédito total), nos termos da Circular Série A nº 150/DSE/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 8,12% contra 6,94% no ano anterior, registando uma degradação de 1,18p.p.

As operações de grandes riscos e as pertencentes aos sectores considerados de risco elevado, como é o caso da imobiliária turística são acompanhadas directamente pela Comissão Executiva, tendo esta mantido contacto permanente com os promotores durante o ano.

As perspectivas de resolução dos projectos de imobiliária turística na carteira do Banco, continuam a evoluir favoravelmente, embora ainda sem efeito prático na situação da carteira.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade à sua carteira de crédito, sendo que a identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual quando a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quando os saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Para efeito de análise colectiva de imparidade, os activos são classificados em grupos homogéneos, com características de risco similares (nomeadamente com



base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os “cash-flows” futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

Para o ano de 2012, ao modelo foram, como é recomendável, actualizadas as séries estatísticas dos factores de risco, ou seja a probabilidade de indícios (PIs), a probabilidade de “default” (PDs) e de perda em caso de “default” (LGDs), acrescentando ao histórico o comportamento dos pagamentos mais actuais (um aumento para a nossa base em 12 períodos totalizando 92 períodos reais).

Foi também actualizada a base de dados dos créditos reestruturados e os seus comportamentos com o decorrer do exercício de 2012.

Neste sentido, o Banco deu continuidade ao trabalho iniciado no exercício anterior, de sistematização da informação sobre reestruturações de créditos no seu sistema informático e de concepção e implementação de uma metodologia específica para a estimativa de Perdas por Imparidade para Créditos Reestruturados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em 2012 foi registada imparidade no montante de 1.237.568 contos referente à carteira de crédito não titulado, contra 1.002.525 contos em 2011, representando um crescimento de 23,45%, com a seguinte distribuição:

MICVE

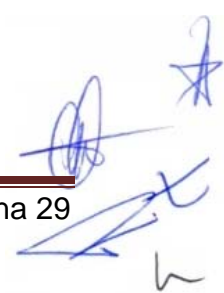
Segmentos 2012	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais	Taxa de Provisões
Habitação	2.726.458	63.342	2,323%	133.314	4,890%
Outros Créditos	1.685.717	190.450	11,298%	113.631	6,741%
Garantias Pessoais	16.944	42	0,247%	33	0,196%
Crédito Geral	9.083.649	970.212	10,681%	733.296	8,073%
Garantias Empresa	1.737.321	13.522	0,778%	0	0,000%
Sector Público	418.367	0	0,000%	0	0,000%
Total	15.668.456	1.237.568	7,898%	980.274	6,256%

MICVE

Segmentos 2011	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais	Taxa de Provisões
Habitação	2.675.557	78.648	2,940%	75.452	2,820%
Outros Créditos	1.735.226	156.850	9,039%	89.860	5,179%
Garantias Pessoais	16.116	35	0,217%	11	0,068%
Crédito Geral	8.428.670	757.410	8,986%	631.441	7,492%
Garantias Empresa	1.229.967	9.582	0,779%	1.096	0,089%
Sector Público	2.700.742	0	0,000%	0	0,000%
Total	16.786.278	1.002.525	5,972%	797.860	4,753%

Como se pode verificar, registou-se um acréscimo da taxa de imparidade em alguns segmentos de crédito caso de outros créditos; Crédito Geral (crédito a empresas) e Garantias Pessoais, reflectindo os aspectos de conjuntura já referidos ao longo deste Relatório.

A imparidade acumulada para Outros créditos e valores a receber (Titulados) situou-se em 21.534 contos. Este valor foi obtido com base na taxa de imparidade calculada pela aplicação com base nas estatísticas para o segmento empresa sem indícios e colocou a imparidade total em 1.259.101 contos.

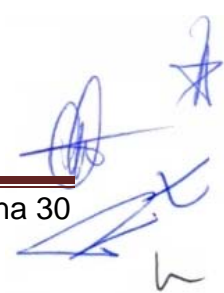


2.3.- Operações de mercado de capitais

No ano de 2012, os Títulos de Outros Emissores Residentes registaram uma diminuição de 287.387 contos relativamente ao Dezembro de 2011. Essa variação resultou de: o reembolso das obrigações da ASA, em que a renovação foi apenas de 16,65% do valor do Reembolso; a redução nas obrigações da Câmara Municipal do Sal, em que se procedeu à amortização parcial do capital investido, nos termos da respectiva ficha técnica; a redução do Prémio (custo com aquisição) das obrigações da Electra (A e B) resulta dos deferimentos do custo referente ao ano 2012.

Mil CVE

Obrigações emitidos por outros residentes nacionais	Dez-11	Dez-12	Variação	
Obrigações Tecnecil	200.000	200.000	0	0,00%
Obrigações ASA	180.000	0	-180.000	-100,00%
Obrigações Electra A	136.099	0	-136.099	-100,00%
Obrigações Electra B	155.700	155.700	0	0,00%
Prémio de emissão (Electra A e B)	1.180	924	-256	-21,68%
Obrigações Electra C	32.199	32.199	0	0,00%
Obrigações Sogei	999	999	0	0,00%
Obrigações Tecnecil Indústria	6.193	6.193	0	0,00%
Obrigações Fast Ferry	19.996	19.996	0	0,00%
Obrigações BCA	6.668	6.668	0	0,00%
Obrigações C.M.Sal	14.000	13.000	-1.000	-7,14%
Obrigações IFH 2ª FASE	30.000	30.000	0	0,00%
Obrigações ASA B 2012/2017	0	29.968	29.968	100,00%
Obrigações Electra D	0	136.099		100,00%
Total	783.034	631.746	-287.387	-36,7%





2.3.1.- Carteira de Investimento e de negociação

Os “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, tiveram uma variação negativa de -4,77%, face Dezembro de 2011. Essa variação resultou de menos-valias potenciais que encontravam registadas em reservas de reavaliação, cujo total em 2012 foi de -14.712 contos, com a seguinte discriminação: participação no BCA -menos valia em 19.048 contos -, participação na Garantia - mais-valia em +1.679 contos - e participação na Visa - mais-valia em + 2.657 contos. Também de referir que foi alienado as participações junto do Fundo Gari.

2.4.- Promoção e Marketing

Em 2012, o Banco continuou os esforços de contenção dos custos relacionados com a comunicação e marketing. No entanto o Gabinete de Marketing ao longo do ano teve a seu cargo, à semelhança dos anos anteriores, as seguintes responsabilidades:

Em relação à Comunicação Interna fez a gestão dos conteúdos da Intranet.

Relativamente à **Comunicação Externa**, deu continuidade ao projecto do Novo Site BI, tendo o mesmo ficado concluído final do ano.

Foram desenvolvidas, ainda no âmbito da comunicação externa, a campanha da mascote do produto de poupança direccionada para o público jovem, o **Bipoupas**, veiculada nos principais jornais da praça, na televisão, em diferentes portais de grande visibilidade, no Website BI e nos balcões da rede de Agências BI.



Com objectivo de reforçar a sua notoriedade, o Banco manteve ao longo do ano a sua presença permanente nos jornais e portais electrónicos de maior audiência, com a difusão dos seus principais produtos de poupança, tais como o BI Aforro, o BI Poupança, etc., assim como o produto de Trade Finance.

No reforço da sua imagem institucional, o BI deu continuidade á sua política de participação em feiras realizadas em Cabo Verde, nomeadamente, a 16ª Feira Internacional de Cabo Verde.

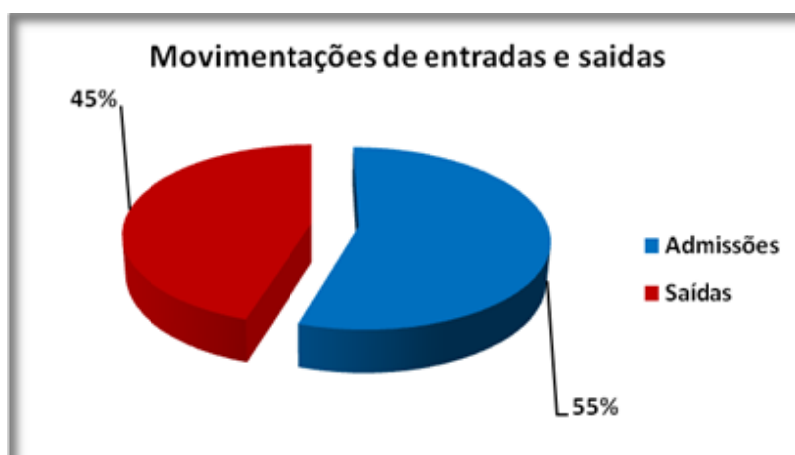
O Banco Interatlântico, embora registando uma redução face ao ano transacto, encabeçou várias iniciativas como patrocinador, em áreas que abrangem, a educação, a cultura e o desporto, no reforço da sua imagem institucional, e enquadrado na sua política de responsabilidade social.

Dentre os patrocínios concedidos, merecem realces os seguintes:

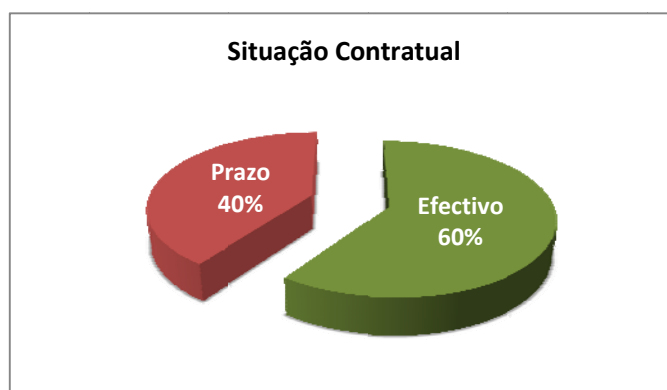
- ✓ O patrocínio do programa de entretenimento televisivo “*prendi cu fanta*”, promovido pela empresa Cavibel, dedicado a alunos na faixa dos 12 a 14 anos, representando escolas de todo o Cabo Verde, num formato de perguntas e respostas, onde se avalia o saber e o conhecimento geral dos alunos.
- ✓ O patrocínio do BI ao complexo escolar de Achada Grande Frente, que se traduziu na requalificação e equipamento do refeitório da escola, tendo para o efeito, mobilizado a participação da empresa de construção CVC. Esse patrocínio enquadra-se numa parceria muito mais abrangente, que existe entre o BI e a Comissão Nacional de Cabo Verde para a UNESCO.
- ✓ Fornecimento de equipamentos para a biblioteca da Escola SOS do Lavadouro, ainda enquadrado na parceria com a UNESCO

3.- Recursos Humanos

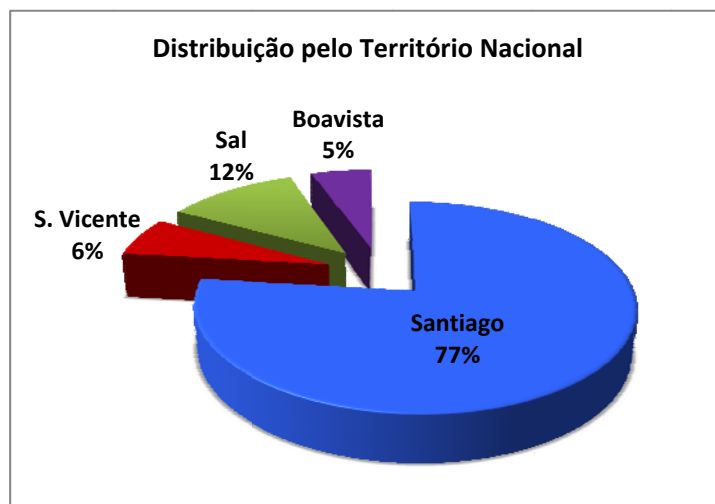
No final do exercício do ano de 2012, o Banco Interatlântico contava com 111 Colaboradores, tendo sido registadas 11 admissões e 9 desvinculações, números, esses, que revelam o forte investimento feito na admissão de novos quadros.



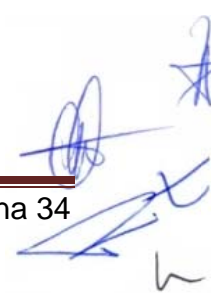
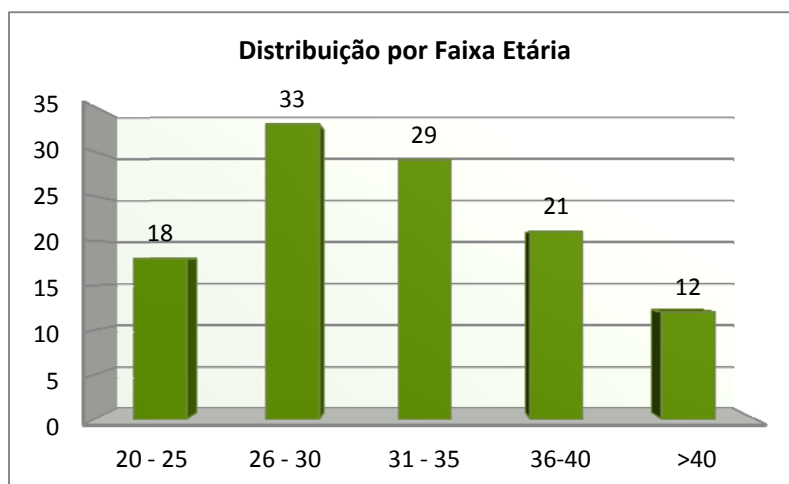
Dos 112 colaboradores no activo, 67 eram efectivos do quadro permanente e 45 possuíam contrato por tempo determinado, o que demonstra o aumento significativo do número de elementos efectivos face ao ano de 2011 (que era de 55 Colaboradores) e um maior equilíbrio existente entre o número de empregados em cada um destes dois tipos de situações contratuais.



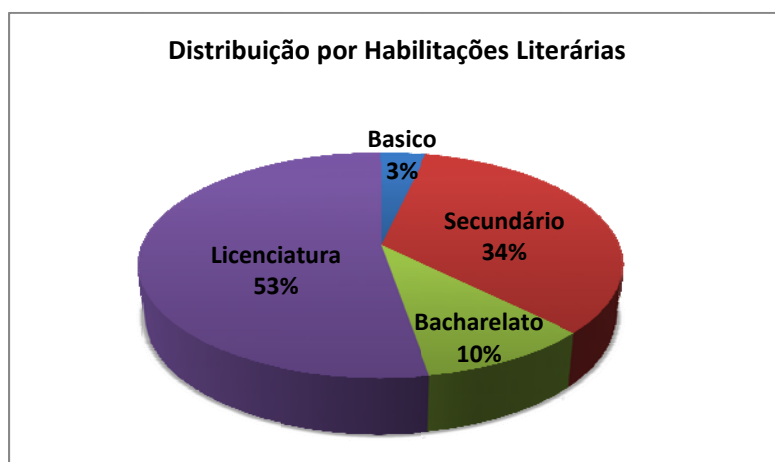
A nível nacional, a ilha de Santiago era a que possuía a maioria dos Colaboradores (86), seguida das ilhas do Sal, S. Vicente e Boavista, com 13, 7 e 6 empregados, respectivamente.



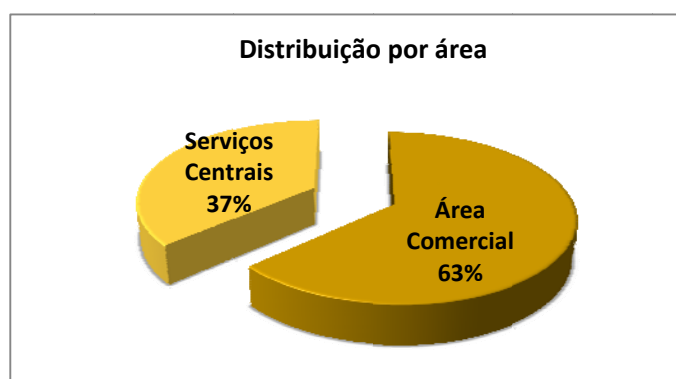
A média de idades dos empregados era de 34 anos, sendo que a maior concentração do pessoal se situava na faixa etária entre os 26 e os 35 anos (representando 61% da totalidade dos empregados), o que se traduziu num maior grau de potencialidade e, com fortes indícios para melhoria da produtividade e rentabilidade do Banco.



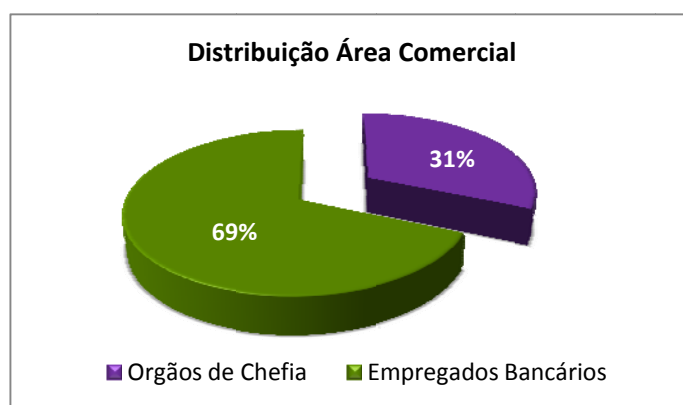
No que concerne às habilitações literárias e às qualificações profissionais, 53% dos Colaboradores detinham formação superior ao nível de Licenciatura e 10% de Bacharelato. De salientar que, à semelhança do ano 2011, os 4 Colaboradores habilitados apenas com o Ensino Básico se mantiveram ao longo de 2012, facto que não aconteceu com a percentagem de licenciados, que passou de 56% para 53%.



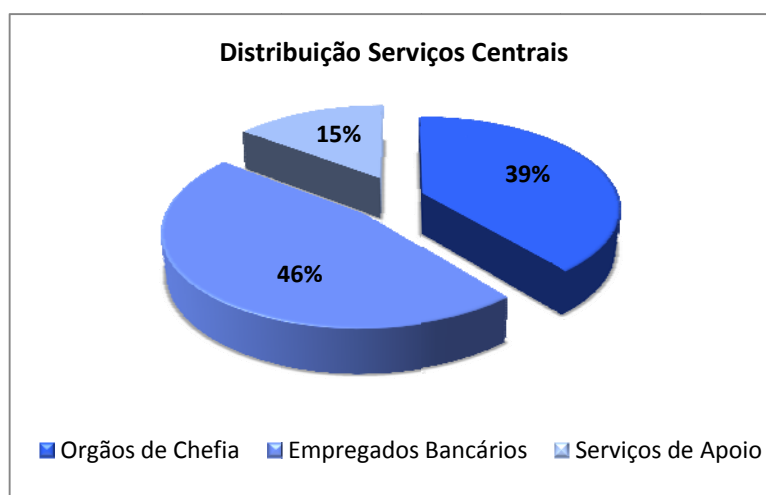
Quanto à distribuição dos Colaboradores por área funcional, constatou-se que 71 estavam afectos à Área Comercial e 41 aos Serviços Centrais.



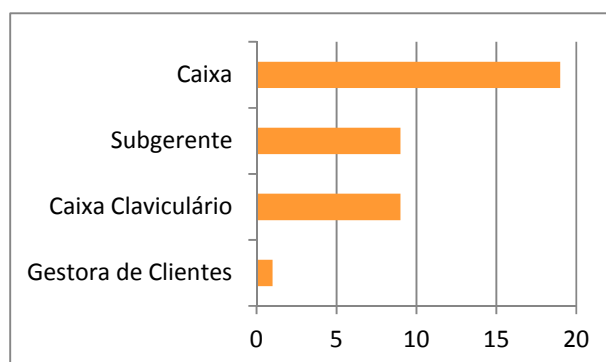
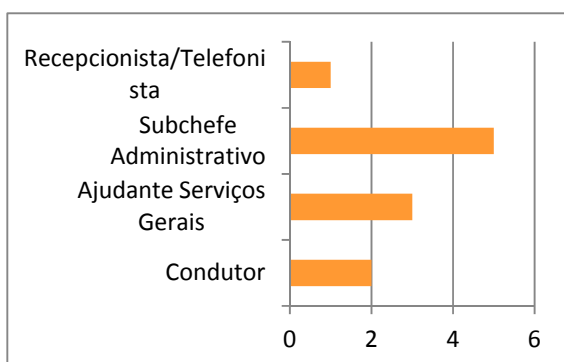
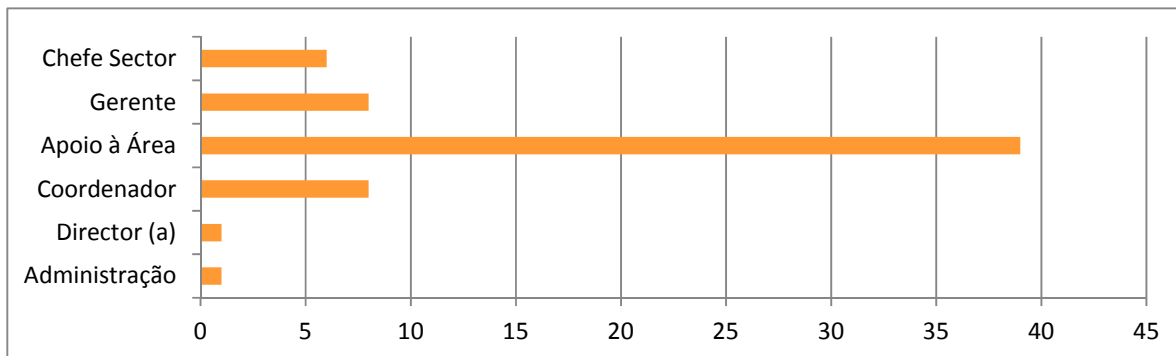
Na Área Comercial, 22 dos Colaboradores desempenharam cargos de chefia e 49 eram Empregados Bancários. Comparativamente com o ano de 2011, verificou-se o mesmo número ao nível dos cargos de chefia e o aumento de um Colaborador Empregado Bancário.



Nos Serviços Centrais, 16 Colaboradores desempenhavam cargos de chefia, 19 eram Empregados Bancários e 6 prestavam serviços de apoio.



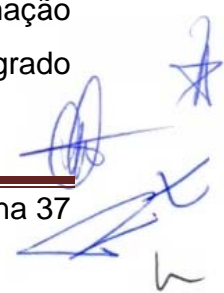
A distribuição por função era a seguinte:



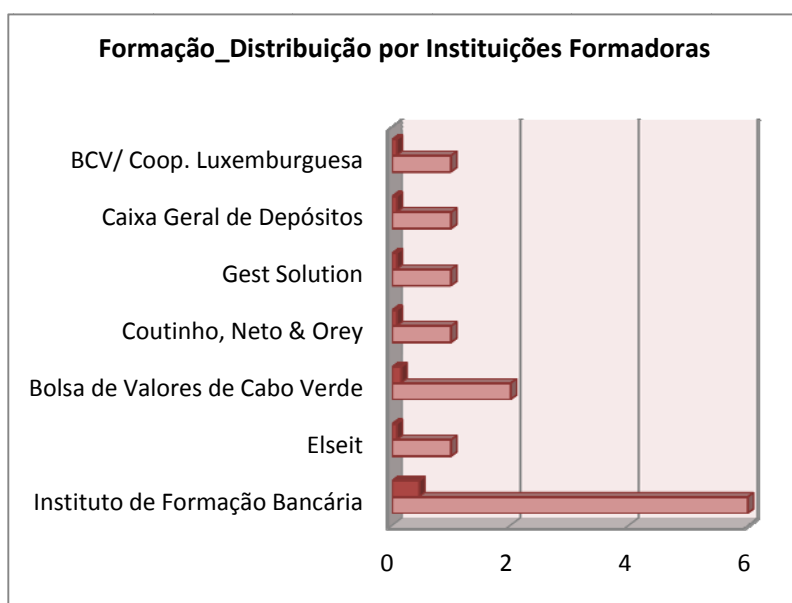
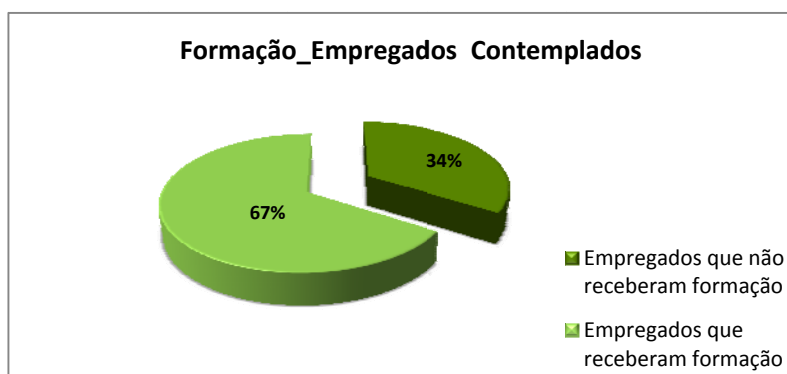
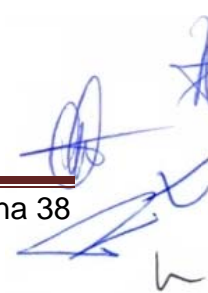
Formação

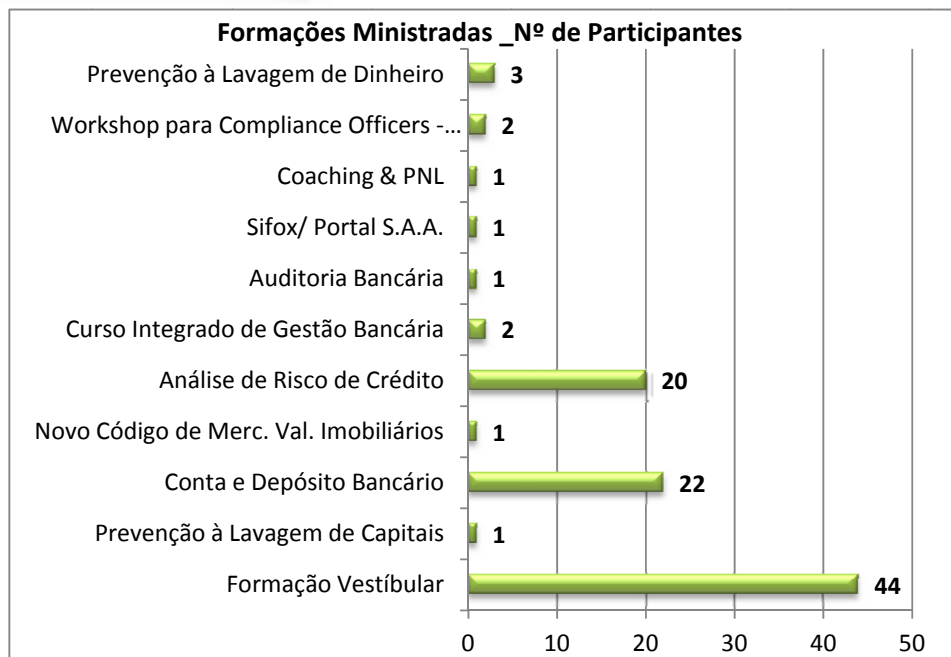
Tendo em conta o objectivo traçado pelo Banco relativamente à Formação Vestibular ministrada pelo Instituto de Formação Bancária de Portugal, ocorreram duas sessões de formação deste tipo, nas quais o principal público-alvo foram os Colaboradores recrutados no âmbito do concurso terminado em 2011.

Na totalidade, foram realizadas 13 acções de formação, sendo 6 delas ministradas pelo Instituto de Formação Bancária de Portugal (duas sessões da Formação Vestibular, Conta e Depósito Bancário, Análise de Risco de Crédito, Curso Integrado



de Gestão Bancária e Auditoria Bancária), envolvendo 74 Colaboradores, o que correspondeu a 66% dos mesmos. De salientar que dos 74 formandos, 20 participaram em mais do que uma acção de formação e um Colaborador participou mesmo em três.



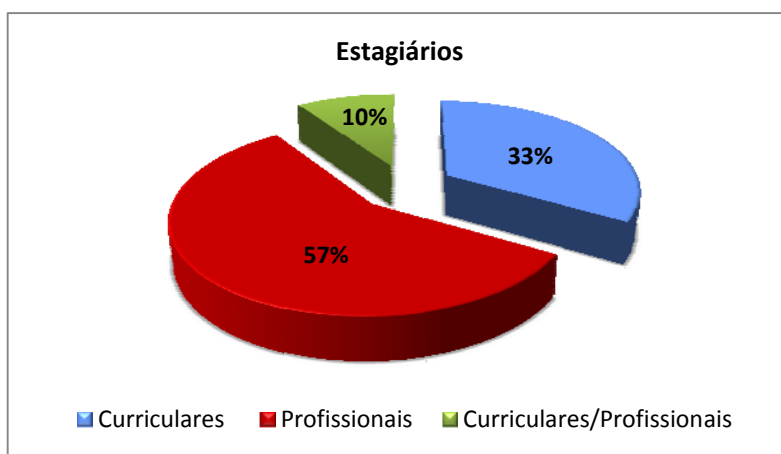
Estágios

Ao longo do ano de 2012 registou-se uma forte procura ao nível de pedidos de emprego e de estágios e, apesar do investimento feito na formação, o Banco mesmo assim proporcionou 23 estágios, tendo-se verificado uma redução de 12 estágios comparativamente com o ano transacto. Tal atitude levou em consideração a preocupação a nível social e o intuito de contribuir para minimizar a inactividade laboral. Dos 23 estágios, 9 foram curriculares e destinados aos alunos finalistas dos cursos de Licenciatura, e os restantes profissionais.

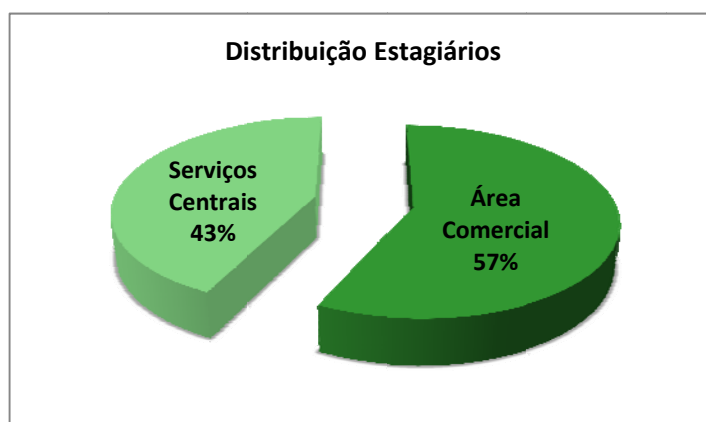



Dos 9 estágios curriculares, 6 foram realizados por alunos da Universidade Jean Piaget (no âmbito do protocolo existente com esta Universidade), e os restantes estagiários frequentavam a Escola de Negócio e Governação da Universidade de Cabo Verde, a Tecnócio – Escola Politécnica de Formação Profissional e a ISBS – International School Business Studies.

No cômputo geral, foram admitidos 21 estagiários, sendo 7 Curricular, 12 Profissionais e 2 realizaram estágio curricular e posteriormente estágio profissional.



Quanto à distribuição dos 21 estagiários, verificou-se que a maioria foi enquadrada na Área Comercial (12) e os restantes nos Serviços Centrais.





Apesar de 2012 ter sido um ano de recessão económica a nível mundial, os colaboradores não deixaram de ser beneficiados. Neste sentido, registou-se um aumento médio nominal na Tabela Salarial de 1,25%.

4.- Responsabilidade Social

Enquadrada na sua política de responsabilidade social, o Banco Interatlântico, continuou a apoiar durante o ano de 2012, embora de forma mais comedida diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG's nos domínios do **desporto**, da **cultura**, da **educação**, da **saúde** e das **autarquias locais**, quer sob a forma de patrocínio quer sob a forma de donativo.

Registou-se uma variação negativa de 5,88% face ao ano anterior, que corresponde em termos de valor a uma redução de aproximadamente 2.138 contos, dos patrocínios e donativos concedidos.

O Banco aprovou, durante o ano transacto, 17 donativos no montante de 3.458 contos e 31 patrocínios, no montante de 5.700 contos (no total de 9.158 contos).

Os donativos e patrocínios representaram cerca de 6,41% dos resultados líquidos do Banco, elencados da seguinte forma:



Mil CVE	
Patrocínios	Valor
Patrocínios à Educação	1.131
Patrocínios às Câmaras Municipais	350
Patrocínio à Cultura	502
Patrocínios à espetáculos	256
Bolsa de estudos a estagiários	520
Patrocínio ao Desporto	118
Patrocínio a Associação de empregados	1.559
Diversos	1.265
Total	5.700

Mil CVE	
Donativos	Valor
Donativos a Instituições de apoio às crianças	2.155
Associação de Empregados do BI	420
Donativos para a área da Saúde	69
Donativos para a área da educação	619
Diversos	195
Total	3.458

5.- Análise da situação económico-financeira

5.1.- Evolução do Balanço

O Activo líquido ascendeu a 18,3 milhões de contos, o que representou um acréscimo de 389.536 contos (+2,17%) face ao ano transacto, para o qual contribuí fundamentalmente o aumento das aplicações em outras instituições do crédito, as Disponibilidades à Vista em outras Instituições de Crédito e o Crédito a cliente. Do lado do Passivo destaca-se o aumento dos Recursos de Clientes e a redução dos recursos de Instituições de Crédito.

	Dez-11	Dez-12	Mi CVE	
			Dez-12/ Dez11	
			%	
ACTIVO	17.978.206	18.367.742	389.536	2,17%
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	2.215.700	1.758.436	-457.264	-20,64%
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	156.673	280.283	123.610	78,90%
Activos financeiros disponíveis para venda	343.532	327.138	-16.393	-4,77%
Aplicações em Instituições de Crédito	274.348	1.025.663	751.315	273,85%
Titulos de Dívida Pública	1.715.870	1.485.375	-230.495	-13,43%
Crédito a clientes	12.827.600	13.067.794	240.194	1,87%
Activos não correntes detidos para venda	17.129	11.111	-6.018	-35,13%
Outros activos tangíveis	305.181	289.757	-15.424	-5,05%
Activos intangíveis	3.859	2.816	-1.044	-27,04%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	40.804	45.022	4.218	10,34%
Activos por impostos Correntes/diferidos	52.202	44.445	-7.757	-14,86%
Outros activos	25.308	29.902	4.593	18,15%
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	17.978.206	18.367.742	389.536	2,17%
Recursos de Instituições de Crédito	1.675.173	259.889	-1.415.284	-84,49%
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.902.555	15.772.730	1.870.175	13,45%
Passivos Subordinados	514.017	514.017	0	0,00%
Passivos por impostos Correntes/diferidos	11.362	5.354	-6.009	-52,88%
Outros passivos	316.144	173.217	-142.926	-45,21%
Capital Social	1.000.000	1.000.000	0	0,00%
Prémios de emissão	388	388	0	0,00%
Reservas de reavaliação	23.966	13.005	-10.961	-45,73%
Outras reservas e resultados transitados	413.857	504.600	90.743	21,93%
Resultado do exercício	120.743	124.541	3.798	3,15%

A nível do Activo, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

A rubrica “Caixa” atingiu o montante de 741.663 contos, sendo 276.092 contos relativo a notas e moedas nacionais e 465.570 em divisas. A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde” inclui os depósitos de carácter obrigatório que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa. O coeficiente desta ultima, passou de 16% para 18% a partir de Janeiro de 2012.

O cumprimento das Disponibilidades Mínimas obrigatórias no último período de observação do ano teve em consideração o valor dos saldos médios dos depósitos junto do Banco de Cabo Verde durante o período de 16 á 31 Dezembro 2012, que se situou em 2.023.967 contos, enquanto a disponibilidade mínima de caixa obrigatória se situou em 1.915.536 contos (correspondente a 18% dos saldos médios de depósitos no período de 1 á 15 de Dezembro), registando um excesso de reservas de 108.431 contos. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta junto do Banco de Cabo Verde totalizaram 1.016.773 contos, evidenciando uma redução de 42,38% (745.412 contos), essa variação resultou-se da aplicação em Overnight no último dia do ano.

	Dez-11	Dez-12	Valor	Mil CVE %
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	2.215.700	1.758.436	-457.264	-20,64%
Caixa	453.515	741.663	288.148	63,54%
Em moeda nacional	256.912	276.092	19.181	7,47%
Em divisas	196.603	465.570	268.967	136,81%
Banco de Cabo Verde	1.762.185	1.016.773	-745.412	-42,30%

Nas **Disponibilidades em outras Instituições de Crédito** são considerados os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro e que dizem respeito a valores recebidos nos últimos dias do ano e que foram enviados para cobrança já nos primeiros dias úteis de 2013.

O decréscimo de Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito no País, respeitavam à diminuição dos cheques a cobrar no último dia do ano e por seu turno, Depósitos a Ordem registou-se um ligeiro aumento (4,47%).

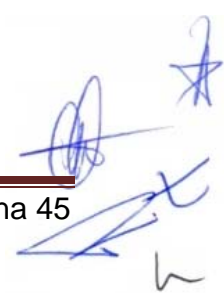
	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	156.673	280.283	123.610	78,90%
Outras Disponibilidades sobre IC`s no País	102.987	62.640	-40.347	-39,18%
Cheques a Cobrar	87.606	46.572	-41.034	-46,84%
Depósitos à ordem	15.381	16.068	687	4,47%
Disponibilidades sobre IC`s no Estrangeiro	53.686	217.643	163.956	305,40%
Cheques a Cobrar	31.266	23.360	-7.906	-25,29%
Depósitos à ordem	22.420	194.283	171.862	766,54%

Em 31 de Dezembro de 2012, a carteira de Títulos da Dívida Pública era composta exclusivamente por obrigações do Tesouro, no montante total de 1.465.940 contos á taxa média de 5,60% e juros a receber de 19.435 contos. A variação negativa de 13,43% encontra justificação no reembolso de títulos existentes em carteira á 31-12-2011, não tendo sido subscritos novos ao longo do ano em função das baixas taxas registadas nos leilões.

	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Títulos da dívida pública	1.715.870	1.485.375	-230.495	-13,43%
De Dívida Pública Caboverdiana	1.695.940	1.465.940	-230.000	-13,56%
Rendimentos receber Banco	19.930	19.435	-495	-2,48%

Os **Activos Tangíveis (brutos)**, atingiram o montante 874.780 contos representando um crescimento de 2,61%, face a Dezembro 2011. Esse crescimento deveu-se à aquisição a aquisição de 7 viaturas; Gerador para as Agências; material informático, substituição dos aparelhos de ar condicionado nas Agências; compra de mobiliário e equipamento diverso para Departamentos Centrais.

Quanto a abates, foram abatidos ao activo em 2012 os seguintes bens: 4 viaturas; dois computadores e um gerador destinado a venda.



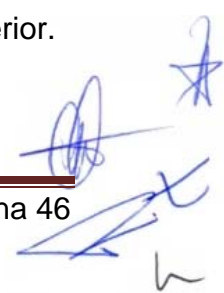
Os activos intangíveis registaram um decréscimo de 27% face a Dezembro de 2011. As aquisições ocorridas durante o ano centraram-se sobretudo em software.

Activos Intangíveis e Tangíveis	Dez-11	Dez-12	Mil CVE	
			Valor	%
Activos Tangíveis	305.181	289.757	-15.424	-5,05%
Activos Tangíveis Bruto	852.488	874.780	22.292	2,61%
Terreno	38.732	38.732	0	0,00%
Imóveis de Serviço Próprio	114.444	114.444	0	0,00%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	259.719	259.719	0	0,00%
Mobiliário e material	44.161	44.514	353	0,80%
Máquinas de uso administrativo	22.663	24.926	2.263	9,99%
Equipamento informático	245.097	247.443	2.346	0,96%
Equipamento de transmissão	13.402	14.090	688	5,13%
Material de Transporte	66.969	76.219	9.250	13,81%
Equipamento de segurança	11.538	12.175	637	5,52%
Outro equipamento	35.606	42.361	6.755	18,97%
Outras activos Tangíveis	157	157	0	0,00%
Amortizações Acumuladas	529.634	567.350	37.715	7,12%
Imparidade Outros activos tangíveis	17.673	17.673	0	0,00%
Activos Intangíveis	3.859	2.816	-1.044	-27,04%
Sistemas de Software	80.241	81.713	1.472	1,83%
Amortizações Acumuladas	76.382	78.897	2.515	3,29%

O **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos** considera apenas a participação na SISP cujo valor de aquisição inicial foi de 10.000. Em 2008 a avaliação pela equivalência patrimonial implicou uma valorização de 18.571 contos, em 2009 de 6.246 contos; em 2010 de 5.068 contos; em 2011 de 7.810 contos e 2012 de 8.740 contos (antes de dividendos). Em 2012 o capital próprio da SISP atingiu o valor de 450.221 contos pelo que a participação do BI (10% do capital) atingiu o valor de 45.022 contos.

Em termos da análise das contas provisórias da SISP, de 2012, salientamos os seguintes indicadores:

- Activo Líquido de 620,2 milhões de escudos, que representa um acréscimo de 5,56% face ao ano anterior e Passivo no valor total de 170,77 milhões de escudos, o que representa uma forte diminuição, 6,69%, face ao ano anterior.



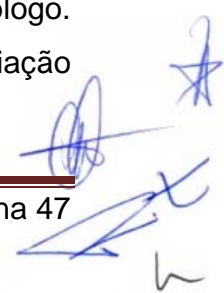
- Os Capitais Próprios registaram um aumento de 450,2 milhões de escudos, (+11,09%) face ao ano transacto.
- Resultado Líquido provisório conheceu um aumento na ordem dos 14,80 milhões de escudos, atingindo o valor de 90,15 milhões de escudos.

Nos **Outros Activos**, estão registados as comissões a receber do Estado pelos serviços prestados relativos aos pagamentos dos impostos dos contribuintes nas Agências do BI, cujo montante, em 31-12-2012, atingia os 7.066 contos; devedores diversos (9.770 contos); Cheques em trânsito (9.162 contos); custos administrativos (4.839 contos); receitas deferidas (2.127 contos), subsídio de falhas de caixa (1.789) contos; património artístico (606 contos); fundo maneio (210 contos). Em relação a Imparidade sobre os mesmos activos, houve um reforço de 800 contos, e o saldo posicionou-se em 5.669 contos.

	Mil CVE			
Outros Activos	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Residente	29.958	35.570	5.612	18,73%
Comissões a Receber do estado	6.387	7.066	679	10,63%
Património Artístico	606	606	0	0,04%
Receitas Deferidas	2.525	2.127	-398	-15,77%
Custos Deferidos	3.051	4.839	1.788	58,59%
Falhas de Caixa	1.589	1.789	200	12,59%
Fundo Maneio	210	210	0	0,00%
Cheques em trânsito	3.529	9.162	5.633	159,62%
Visa - Regularização	63	0	-63	-100,00%
Outros Devedores	11.998	9.770	-2.227	-18,57%
Não Residente	218	0	-218	-100,00%
Valores a Reembolsar - CGD	218	0	-218	-100,00%
Imparidade	-4.869	-5.669	-800	16,43%
Outros Activos Líquidos	25.308	29.902	4.594	18,15%

A nível do **Passivo**, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

Os “**Recursos de Outras Instituições de crédito no país**” totalizaram 259.889 reflectindo um decréscimo de 1.415.284 contos (84,49%), face ao período homólogo. Em relação aos **recursos** nas “Instituições Financeiras no Estrangeiro” a variação



negativa deve-se aos recursos junto da CGD que registou um decréscimo de 100% e também temos que destacar a Linha de “Trade Finance” com a Caixa Geral de Depósitos Paris, que em 31-12-2012 atingia um montante de 90.615 contos, a Linha de Crédito da Agência Francesa de Desenvolvimento “ AFD”, no valor de 87.272 contos.

	Dez-11	Dez-12	Valor	Mil CVE %
Recursos de IC's	1.675.173	259.889	-1.415.284	-84,49%
Do país	89.071	79.460	-9.612	-10,79%
Do estrangeiro	1.582.146	177.907	-1.404.238	-88,76%
Encargos a pagar	3.955	2.522	-1.433	-36,24%

Nas **Responsabilidades Representadas por Títulos** está registada a emissão de obrigações subordinadas subscrita em Julho de 2008 no montante de 500.000.000\$00, cuja taxa, após a realização de uma Assembleia Geral de Obrigacionistas em 2009, passou a ser fixa e no valor de 6,0% até 2013.


Nos **Outros Passivos** registou-se um decréscimo de 45,21%, sendo que os recursos conta caução dos Créditos documentários e créditos viaturas decresceram 84,86% e outros credores em 35,44%.

	Dez-11	Dez-12	Valor	Mil CVE %
Outros passivos	316.144	173.217	-142.926	-45,21%
Recursos - conta caução	62.504	9.460	-53.044	-84,86%
Credores - Diversos	253.639	163.757	-89.882	-35,44%

Os Outros Passivos têm o seguinte desdobramento:

Outros Passivos	Dez-11	Dez-12	Valor	MI CVE
				%
Recursos - conta caução	62.504	9.460	-53.044	-84,86%
Imposto retido na fonte	18.067	18.801	734	4,06%
Pensão a pagar aos pensionistas	113.132	54.327	-58.805	-51,98%
Subsídio de falhas	2.362	54	-2.308	-97,72%
Outros custos com pessoal	29.490	29.065	-425	-1,44%
Custo administrativos Pagar	19.869	17.117	-2.752	-13,85%
Outros credores	9.754	11.864	2.110	21,64%
Sobra de Caixa	2.485	1.606	-879	-35,38%
Anuidades dos Cartões R24	4.685	6.189	1.504	32,10%
Anuidades dos Cartões Visa	9.392	12.395	3.003	31,97%
Conta caução - compensação	6.025	1.938	-4.088	-67,84%
Compensação Sisp	11.547	8.809	-2.739	-23,72%
ATM - VINTI 4	26.830	1.593	-25.237	-94,06%
Total	316.144	173.217	-142.926	-45,21%

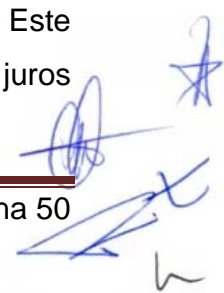
5.2.- Demonstração de Resultados



O Resultado Líquido fixou-se em 124.541 contos, evidenciando um crescimento de 3,15% face ao ano anterior. Esse acréscimo deve-se fundamentalmente ao desempenho do Banco a nível da margem financeira (+0,58%) e a estabilização conseguida a nível dos custos de estrutura.

	Mil CVE			
	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Juros e Proveitos Equiparados	1.222.851	1.224.353	1.503	0,12%
Juros e Custos Equiparados	554.740	552.395	-2.345	-0,42%
Margem Financeira	668.110	671.958	3.848	0,58%
Rendimentos de instrumentos de capital	19.614	12.978	-6.636	-33,83%
Rendimentos de serviços e comissões	147.957	138.832	-9.125	-6,17%
Encargos com serviços e comissões	26.098	23.561	-2.537	-9,72%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-9	651	660	-7333,92%
Resultados de reavaliação cambial	51.265	48.477	-2.788	-5,44%
Resultados de alienação de outros activos	131	2.162	2.031	1550,69%
Outros resultados de exploração	55.450	48.696	-6.754	-12,18%
Margem Complementar	248.310	228.235	-20.075	-8,08%
Produto Bancário	916.421	900.193	-16.228	-1,77%
Custos de Estrutura	525.055	525.252	197	0,04%
Custos com Pessoal	208.540	209.525	986	0,47%
Gastos gerais administrativos	251.000	257.246	6.246	2,49%
Amortizações do exercício	65.515	58.480	-7.034	-10,74%
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	265.315	248.358	-16.957	-6,39%
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-2.103	-800	1.303	-61,96%
Resultados em empresas associadas	7.810	8.740	930	11,91%
Resultado Antes de Impostos	131.758	134.523	2.765	2,10%
Imposto Corrente/Deferidos	11.015	9.982	-1.033	-9,37%
RESULTADO LÍQUIDO	120.743	124.541	3.798	3,15%

Os **Juros e Rendimentos Equiparados** registaram um crescimento de 0,12%. Este crescimento deve-se aumento dos juros do crédito concedido em 4,63% e dos juros



dos títulos emitidos pelas empresas residentes em 3,54% na sequência da revisão da taxa de juro dalgumas obrigações.

Os **Juros e Encargos Similares** registaram um decréscimo de 0,42%. Este decréscimo é devido à diminuição dos juros dos depósitos de clientes em 2,35%. Na rubrica de “Juros dos títulos no mercado do secundário” regista-se um decréscimo de 8,37%, fruto de uma menor utilização deste recurso ao longo do ano, e os “Juros das obrigações emitidas” que atingiu o montante de 30.000 contos.

Detalhando a evolução das principais componentes da margem financeira verificou-se:

- Crescimento dos Juros dos Crédito não representado por valores mobiliários de 45.426 contos (+4,63%) com maior peso nos empréstimos médio longo prazo que fixou-se em 585.491 contos (crescimento de 12,95%);
- Aumento nos juros dos Outros Créditos e Valores a Receber (titulados) de Outros Emissores Residentes em 1.594 contos (+3,54%), deve-se aquisição de Obrigações Tecnici G.
- Diminuição dos Juros das Aplicações em IC's em -19.555 contos (-84,13%), que é justificado menor aplicação em TRM e TIM.;
- Redução dos Juros dos Depósitos em 5.647 contos (-1,32%), sendo que nos depósitos a prazo de residentes a diminuição foi de 17.637 contos (8,84%) e nos depósitos a prazo de Emigrantes registou-se um aumento de 13,94%;
- Diminuição dos juros dos títulos colocado no mercado secundário em 6.196 (-8,35%);
- Os Juros dos passivos subordinados que atingiram o valor de 30.000 contos;

- Aumento dos Juros outros recursos em IC's deveu-se ao maior recurso às Linhas de Tesouraria disponibilizadas pela CGD em virtude da posição de liquidez do Banco. Na verdade tratou-se, no essencial, de débitos efectuados em 2012, referentes à utilização feita em 2011;

	Mil CVE			
	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Margem Financeira	668.110	671.958	3.848	0,6%
Juros e Rendimentos Similares	1.222.851	1.224.353	1.503	0,1%
Juros crédito concedido	1.199.606	1.220.664	21.058	1,8%
Descontos	13.160	7.891	-5.269	-40,0%
Créditos em conta corrente	155.637	128.720	-26.918	-17,3%
Descobertos	42.460	40.286	-2.174	-5,1%
Outros créditos	20.461	20.379	-82	-0,4%
Empréstimos	687.710	747.037	59.326	8,6%
Recuperação de juros vencidos	53.250	73.315	20.065	37,7%
Credito ao pessoal	7.672	8.149	477	6,2%
Comissões recebidas associadas aos Custos Amortizados	76.724	64.002	-12.722	-16,6%
Outros créditos e valores a receber (titulados)	142.532	130.886	-11.646	-8,2%
De Dívida Pública Caboverdiana	97.482	84.241	-13.240	-13,6%
De outros residentes	45.050	46.644	1.594	3,5%
Juros de Aplicações em IC's	23.244	3.689	-19.555	-84,1%
Juros de aplicações em IC's no país	22.781	3.391	-19.390	-85,1%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	464	298	-165	-35,7%
Juros e Encargos Similares	554.740	552.395	-2.345	-0,4%
Juros de Depósitos de Clientes	429.433	423.785	-5.647	-1,3%
Ordem	24.925	24.500	-425	-1,7%
A prazo sector público	48.849	48.365	-483	-1,0%
A prazo residentes	199.538	181.901	-17.637	-8,8%
A prazo não residentes	45.120	43.177	-1.943	-4,3%
Poupança jovem	6.655	6.947	291	4,4%
Poupança Emigrantes	104.345	118.895	14.550	13,9%
Titulos Mercado Secundário	74.178	67.982	-6.196	-8,4%
Juros de Recursos de IC's	13.076	22.613	9.537	72,9%
Outros Juros	7.900	8.015	115	1,5%
Passivos Subordinados	30.154	30.000	-154	-0,5%

Quanto à **margem complementar** totalizou 228.235 contos um decréscimo de 20,075 contos comparando com período homólogo (uma redução de 8,1%).

	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Margem Complementar	248.310	228.235	-20.075	-8,1%
Rendimentos de instrumentos de capital	19.614	12.978	-6.636	-33,8%
Rendimentos dos Outros Serviços Prestados	147.957	138.832	-9.125	-6,2%
Por garantias prestadas	40.976	46.997	6.021	14,7%
Garantias e avales	40.976	46.997	6.021	14,7%
Outras operações sobre instrumentos financeiros	57.951	45.404	-12.546	-21,7%
Outras operações sobre instrumentos financeiros	57.951	45.404	-12.546	-21,7%
Por Serviços Prestados	48.877	45.189	-3.688	-7,5%
Transferências de Valores	592	663	71	12,0%
Gestão de cartões	26.030	23.200	-2.830	-10,9%
Anuidades	7.394	6.057	-1.337	-18,1%
Montagem de operações	0	0	0	#DIV/0!
Prestação serviço diversos	14.861	15.269	408	2,7%
Por Operações Realizadas	153	1.242	1.089	712,4%
Sobre títulos - em operações da bolsa valores	153	1.242	1.089	712,4%
Encargos com serviços e comissões	26.098	23.561	-2.537	-9,7%
Garantias e avales	1.050	965	-85	-8,1%
Outros Serviços Prestados	25.048	22.597	-2.451	-9,8%
Resultado em activos Disponíveis Para Venda	-9	651	660	-7333,9%
Resultado em activos Disponíveis Para Venda	-9	651	660	-7333,9%
Resultados de Reavaliação Cambial	51.265	48.477	-2.788	-5,4%
Perdas em operações cambiais	21.713	13.225	-8.488	-39,1%
Em divisas	13.951	7.258	-6.693	-48,0%
Notas e moedas estrangeiras	7.762	5.967	-1.795	-23,1%
Ganhos em operações cambiais	72.979	61.702	-11.277	-15,5%
Em divisas	29.352	37.244	7.892	26,9%
Notas e moedas estrangeiras	43.627	24.458	-19.168	-43,9%
Resultados de alienação de outros activos	131	2.162	2.031	1550,7%
Outros Resultados de Exploração	55.450	48.696	-6.754	-12,2%
Outros Encargos e Gastos Operacionais	23.038	26.395	3.356	14,6%
Impostos Indirectos	18.009	18.448	439	2,4%
Imposto selo	0	0	0	#DIV/0!
Imposto sobre transporte rodoviário	50	84	34	67,1%
Taxas	4.530	5.527	998	22,0%
Outras custos de exploração	13.429	12.837	-592	-4,4%
Quotizações e Donativos	3.115	3.613	498	16,0%
Outros Encargos e Gastos Operacionais	1.914	4.333	2.419	126,3%
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	78.489	75.091	-3.398	-4,3%
Reembolso de despesas	190	48	-143	-75,0%
Rendimentos da prestação de serviços diversos	23.408	19.127	-4.281	-18,3%
Taxa de Serviços	44.904	42.960	-1.944	-4,3%
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	9.986	12.956	2.970	29,7%

- Os Rendimentos dos Instrumentos de Capital, fixaram-se em 12.978 contos registando um redução de 6.636 contos (-33,83%) Esse decréscimo deve-se aos dividendos recebido do BCA (total 10.142 contos enquanto que 2011 foi de 17.500 contos). Os dividendos da Sociedade de Tabacos de Cabo Verde manteve-se quase ao mesmo valor do período homólogo, enquanto que os dividendos Garantia situou-se em 1.848 contos com um acréscimo de 747 contos (+ 67,94%);
- Os Rendimentos de Outros Serviços Prestados diminuiriam em 9.125 contos (-6,17%) relativamente ao ano de 2011, fixando em 138.832 contos. As comissões das operações sobre o estrangeiro (Transferências) reduziram em 12.546 contos (-21,65%); as comissões dos cartões Visa em 2.685 contos (-11,12); em contrapartida as comissões com créditos documentários evoluíram em 3,374 contos (+15,52%); comissões das garantias e avales em 2.647 contos (+13,76%) e as comissões das operações na bolsa em 1.089 contos.
- Os Encargos com Serviços e Comissões tiveram um decréscimo de 2.537 contos (-9,72%) face ao mesmo período do ano anterior. Em Dezembro de 2012, os encargos com serviços e comissões situaram-se em 23.561 contos enquanto em Dezembro de 2011 foi 26.098 contos. Essa diminuição deve-se à diminuição das comissões pagas aos correios pelos pagamentos dos pensionistas e diminuição das comissões com Visa;
- Os Resultados de Reavaliação Cambial tiveram um decréscimo de 2.788 contos (-5,44%) face ao período homólogo. Os ganhos em operações cambiais situaram-se em 61.702 contos contra 72.979 contos em 2011, enquanto as perdas em operações cambiais foram de 13.225 contos contra 21.713 em 2011;
- Os Outros Resultados de Exploração tiveram uma variação negativa de 6.754 contos (-12,18%). Os Outros rendimentos de exploração fixaram-se em 75.091

contos contra 78.489 contos em 2011. Esta redução resultou da diminuição das prestações de serviço da R24 que teve uma variação negativa de 4.275 contos (-18,50%); redução das taxas de serviço em de 1.944 contos (-4,33%).

O **Produto Bancário**, em consequência da redução das margem complementar em ligeiro acréscimo verificado nas margens financeira e complementar, registou um decréscimo de 16.228 contos (-1,77%) em relação ao Dezembro de 2011.

Os **custos de estrutura** – (custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações) – aumentarem 0,04% face a ano de 2011. O indicador “custos de estrutura em percentagem do produto bancário” – Cost to income – situou-se em 58,35% enquanto em 2011 foi de 57,29%,

Em relação a 2011, os **custos com pessoal** aumentaram 0,47% (+986 contos), em consequência reclassificação e promoção dos colaboradores, do ajustamento salarial de 1,25% e do aumento de quadro de pessoal.

Por outro lado registou um decréscimo nos subsídios de estágio, que passou de 5.076 contos em Dezembro de 2011 para 1.336 contos em Dezembro 2012 e de férias por gozar em 6.520 contos (79,33%). De referir, que em 2011 pela primeira vez, por recomendação dos auditores externos, foram provisionados os dias de férias de 2011 que os colaboradores têm direito devido ao trabalho efectuado em 2011, mas que apenas gozarão, por se vencer esse direito, no ano de 2012. Assim, o Banco registou este acréscimo de custo, que, na prática, duplicou no ano o custo das férias, no montante de cerca de 8.864 contos.

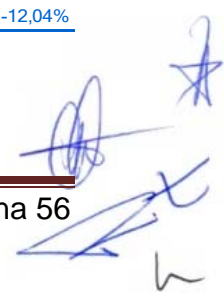
Relativamente aos **Órgãos de Gestão e Fiscalização**, o valor do decréscimo, de 815 contos (-2,83%), deriva do prémio de produtividade face ao Dezembro de 2011.

Os **Gastos Administrativos** cresceram 2,49% face ao período homólogo. Para tal contribuiu a aumento de custo com a formação de pessoal em 8.548 contos; aumento de custo com transporte de valores em 3.743 contos e conseqüentemente o aumento dos seguros em 3.889 contos (+73,81%); aumento em serviços

especializados em 4,05% (+4.455 contos) e conservação e reparação em 2.789 contos (+60,82%).

As Amortizações do Exercício fixaram-se em 58.480 contos, um decréscimo de 7.034 contos (-10,74%) face ao período homólogo.

	Dez-11	Dez-12	Valor	%
Mil CVE				
Custo de Estrutura	525.055	525.252	197	0,04%
Custos com pessoal	208.540	209.525	986	0,47%
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	28.775	27.960	-815	-2,83%
Remuneração de empregados	111.972	126.294	14.322	12,79%
Remuneração adicionais	8.661	4.999	-3.662	-42,28%
Outras remunerações	38.912	27.424	-11.488	-29,52%
Encargos sociais	20.220	22.849	2.630	13,00%
Outros custos com pessoal	0	0	0	#DIV/0!
Gastos gerais administrativos	251.000	257.246	6.246	2,49%
Água, Energia E Combustíveis	23.286	22.920	-366	-1,57%
Impressos e Material de Consumo	12.235	11.886	-349	-2,86%
Publicações	0	250	250	#DIV/0!
Outros Fornecimentos De Tercei	1.066	1.068	2	0,18%
Rendas E Alugueros	28.342	28.314	-28	-0,10%
Comunicacoes E Desp De Expedic	16.619	15.272	-1.347	-8,11%
Deslocacoes, Estadas E Represe	8.835	5.977	-2.858	-32,35%
Publicidade E Edicao De Public	25.962	19.276	-6.686	-25,75%
Conservacao E Reparacao	4.586	7.376	2.789	60,82%
Transportes	3.451	7.194	3.743	108,48%
Formacao De Pessoal	3.360	11.908	8.548	254,39%
Seguros	5.270	9.160	3.890	73,81%
Servicos Especializados	110.104	114.559	4.455	4,05%
Outros Servicos De Terceiros	7.883	2.087	-5.797	-73,53%
Amortizações do Exercício	65.515	58.480	-7.034	-10,74%
De outros activos intangíveis	3.167	2.515	-652	-20,59%
De outros activos intangíveis	3.167	2.515	-652	-20,59%
Outros activos tangíveis	62.348	55.965	-6.382	-10,24%
De imóveis de serviço	1.530	1.913	383	25,06%
Obras em edificios arrendados	14.641	13.437	-1.205	-8,23%
De equipamento	46.177	40.615	-5.561	-12,04%



O Resultado Líquido cifrou-se em 124.541 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia um aumento de 3.798 contos (3,15%).

5.3.- Rácios Prudenciais

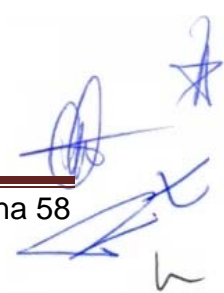
No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 14,36%, ligeiramente abaixo do ano transacto (14,40%), mas bastante acima do limite legal de 10%.

Os fundos próprios elegíveis atingirão o valor de 2.041.714 contos e os fundos próprios de base os 1.564.444 contos. De realçar este último valor que permitiu ao Banco encerrar o exercício com um rácio de 11,01% (11,00% no ano anterior) nos fundos próprios de base ou seja o “core Tier I” é superior ao rácio de solvabilidade exigido pelo Banco de Cabo Verde o que permite ao BI afirmar que cumpre as regras mais exigentes a nível da solvabilidade bancária a nível da regulamentação mais recente a nível internacional e que deverá ser introduzido em Cabo Verde no decurso de 2013.

Gestão do Capital	Dezembro de 2011	Dezembro de 2012	Varição
Fundos Próprios de Base	1.470.758	1.564.444	93.685
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	560.642	651.385	90.743
Resultado Líquido	60.372	62.270	1.899
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	(150.256)	(149.212)	1.044
Fundos Próprios Complementares	511.983	506.503	(5.480)
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	11.983	6.503	(5.480)
Deduções aos Fundos Próprios totais	57.101	29.232	(27.869)
Participações em Instituições de Crédito	57.101	29.232	(27.869)
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	1.925.641	2.041.714	116.074
Total do Activo Ponderado	13.371.553	14.213.957	842.403
Rácios	Dezembro de 2011	Dezembro de 2012	Varição
Fundos Próprios de Base	11,00%	11,01%	0,01%
Fundos Próprios Complementares	3,83%	3,56%	-0,27%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,43%	-0,21%	0,22%
Rácio de Solvabilidade	14,40%	14,36%	-0,04%

Em relação aos outros rácios prudenciais, o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

Rácio Prudencial	Valor Mínimo	Valor observado em 2012
Cobertura do Imobilizado	100% dos Fundos Próprios	219,19%
Cobertura das Responsabilidades		
Exigíveis até 7 dias	20,00%	82,02%
Exigíveis até 30 dias	20,00%	61,86%
Exigíveis até 90 dias	20,00%	110,99%
Exigíveis em prazo > 90 dias	20,00%	67,79%
Títulos da Dívida Pública	710.691 contos	1.465.940 Contos





6.- Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.

7.- Proposta de distribuição de resultados

Tendo em conta o contexto actual do mercado imobiliário em Cabo Verde com consequências significativas ao nível do crescimento do crédito em default e das imparidades para o crédito; tendo em conta medidas anunciadas pelo Banco Central, que apontam no sentido do aumento do nível de exigência em termos de rácio de solvabilidade, prevendo-se no futuro próximo que o mesmo seja determinado considerando exclusivamente os fundos próprios de base; tendo em conta as orientações do Banco de Cabo Verde, propõe-se a seguinte afectação dos resultados, visando reforçar os fundos próprios do Banco protelando eventual necessidade de fazer apelo aos accionistas para a capitalização da Instituição:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

Distribuição de resultados 2012

	<u>Distribuição</u>	%
Lucro liquido	124.540.627,02	100,0%
Reserva Legal (10%)	12.454.062,70	10,0%
Outras Reservas	112.086.564,32	90,0%

8.- Considerações finais

O Exercício económico de 2012 ficou marcado pela persistência dos efeitos da crise económica e financeira internacional que afecta de forma particular os países europeus, alguns dos quais parceiros privilegiados de Cabo Verde, traduzidos numa clara desaceleração da actividade económica tanto nesses países como em Cabo Verde.

O Banco Interatlântico, conseguiu ter um desempenho globalmente positivo, com realce para a actividade comercial. A nível da captação de recursos, registou um crescimento de dois dígitos, muito superior ao crescimento verificado no sector e a nível do crédito também superou o crescimento do sector, embora com menor afastamento.

Durante o exercício que ora finda, o Banco teve uma preocupação constante com melhoria da rentabilidade das operações e o acompanhamento do crédito vencido, tendo, obviamente, o crédito no sector imobiliário turístico merecido atenção especial.

Conseguiu uma ligeira melhoria da margem financeira, fruto da diminuição verificada a nível dos juros e custos dos depósitos, apesar do crescimento registado nos depósitos de clientes. Os ganhos conseguidos a nível da margem e os esforços de contenção a nível dos custos, permitiu manter o Resultado Líquido ao nível do ano anterior, tendo mesmo registado um ligeiro aumento.

O crédito vencido registou um aumento em relação ao ano transacto, como resultado da morosidade geral verificada na economia nacional.

Verificou-se um aumento significativo da imparidade sobre o crédito, na sequência da actualização do modelo de imparidade e do aumento do crédito vencido.

O Rácio de Solvabilidade do Banco continua ainda a um nível adequado de 14.36%, nível idêntico ao do ano anterior, considerando o fraco crescimento verificado a nível do crédito. Alterações a esse nível já anunciadas pelo Banco Central para 2013 levarão esse importante indicador para o nível mínimo exigido, o que implicará novas exigências em termos de Fundos Próprios.

A capacitação dos recursos humanos do Banco continua a ser uma prioridade para a Instituição, tendo, em 2012, sido proporcionado aos mesmos, formação em áreas tão relevantes como a Análise de Risco de Crédito e Operações Bancárias Gerais.

Pelos resultados alcançados, agradecemos em primeiro lugar aos nossos clientes pela confiança e preferência demonstradas.

Os nossos agradecimentos vão ainda para as seguintes entidades:


Os nossos accionistas, pela confiança depositada no Conselho de Administração e pela atenção com que acompanha o desenvolvimento da Instituição.

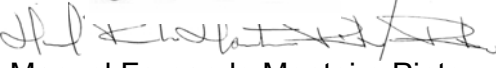
O Banco de Cabo Verde, pela sua reforçada atenção em matéria de supervisão e pelos esforços permanentes, visando garantir a solidez e a credibilidade do sistema financeiro nacional, num contexto particularmente difícil.

Os membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das actividades do Banco;

Os trabalhadores e colaboradores do Banco, pela dedicação, profissionalismo e os esforços consentidos para consecução dos objectivos alcançados.

Praia 24 de Maio 2013


Jorge Fernando Gonçalves Alves

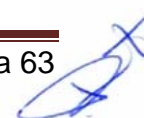

Manuel Fernando Monteiro Pinto


Luis de Carvalho Machado


Teófilo Figueiredo Almeida Silva

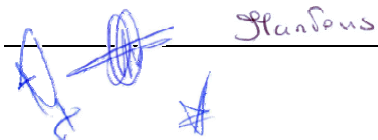

António Carlos Moreira Semedo

ANEXOS



ACTIVO	Dez-12			Dez-11	Dez 12/DEZ 11	
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido		Variação	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.758.435.807	0	1.758.435.807	2.215.700.044	-457.264.238	-20,64%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	280.282.523	0	280.282.523	156.672.871	123.609.652	78,90%
Activos financeiros disponíveis para venda	367.220.684	-40.082.275	327.138.409	343.531.816	-16.393.407	-4,77%
Aplicações em instituições de crédito	1.025.663.400	0	1.025.663.400	274.348.014	751.315.386	273,85%
Títulos de Dívida Pública	1.485.374.814	0	1.485.374.814	1.715.869.719	-230.494.906	-13,43%
Crédito a clientes	14.326.895.096	-1.259.101.423	13.067.793.673	12.827.599.916	240.193.758	1,87%
Activos não correntes detidos para venda	11.111.000	0	11.111.000	17.129.270	-6.018.270	-35,13%
Outros activos tangíveis	874.780.055	-585.022.896	289.757.159	305.180.720	-15.423.561	-5,05%
Activos intangíveis	81.712.928	-78.897.320	2.815.608	3.859.140	-1.043.532	-27,04%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	45.022.113	0	45.022.113	40.803.629	4.218.484	10,34%
Activos por impostos correntes	33.561.336	0	33.561.336	29.078.616	4.482.720	15,42%
Activos por impostos diferidos	10.884.150	0	10.884.150	23.123.383	-12.239.233	-52,93%
Outros activos	35.570.422	-5.668.542	29.901.880	25.308.402	4.593.478	18,15%
Total do Activo	20.336.514.326	-1.968.772.456	18.367.741.871	17.978.205.540	389.536.331	2,17%
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
Recursos de outras instituições de crédito			259.889.060	1.675.172.571	-1.415.283.511	-84,49%
Recursos de clientes e outros empréstimos			15.772.730.084	13.902.554.959	1.870.175.124	13,45%
Passivos Subordinados			514.017.241	514.017.241	0	0,00%
Provisões			0	0	0	#DIV/0!
Passivos por impostos correntes			0	0	0	#DIV/0!
Passivos por impostos diferidos			5.353.604	11.362.345	-6.008.741	-52,88%
Outros passivos			173.217.140	316.143.564	-142.926.424	-45,21%
Total do Passivo			16.725.207.128	16.419.250.680	305.956.448	1,86%
Capital			1.000.000.000	1.000.000.000	0	0,00%
Prémios de emissão			388.453	388.453	0	0,00%
Reservas de reavaliação			13.005.234	23.965.978	-10.960.744	-45,73%
Outras reservas			650.996.821	560.253.792	90.743.029	16,20%
resultados Transitados			0	0	0	#DIV/0!
Resultados transitados ajustamentos			-146.396.392	-146.396.392	0	0,00%
Resultado do exercício			124.540.627	120.743.029	3.797.598	3,15%
Total do Capital próprio			1.642.534.743	1.558.954.860	83.579.883	5,36%
Total do Passivo e do Capital Próprio			18.367.741.871	17.978.205.540	389.536.331	2,17%

Responsável da Contabilidade,



A Administração,



Demonstração de Resultado 2012 Comparativo

Valores em escudos

	Dez-12	Dez-11	Dez 12/DEZ 11	
Juros e rendimentos similares	1.224.353.290	1.222.850.585	0,12%	1.502.705
Juros e Rendimentos Créditos	1.220.664.050	1.199.606.118	1,76%	21.057.932
Juros Crédito não rep. por valores mobiliários	1.025.776.344	980.350.731	4,63%	45.425.612
Juros dos Títulos de dívida	84.241.419	97.481.525	-13,58%	-13.240.107
Juros títulos dos outros residentes	46.644.282	45.050.113	3,54%	1.594.169
Comissões dos Créditos	64.002.006	76.723.748	-16,58%	-12.721.742
Juros das Aplicações	3.689.240	23.244.467	-84,13%	-19.555.227
Juros e encargos similares	552.395.419	554.740.274	-0,42%	(2.344.855)
Juros e Depósitos	491.767.060	503.610.462	-2,35%	(11.843.402)
Juros Depósitos Clientes	423.785.378	429.432.809	-1,32%	-5.647.431
Juros dos T. M. S	67.981.682	74.177.653	-8,35%	-6.195.971
Juros Obrigações Emitidas	30.000.000	30.154.278	-0,51%	-154.278
Juros Recurso IC's	22.612.979	13.075.601	72,94%	9.537.378
Juros Prémio Obrigações e Outros	8.015.380	7.899.933	1,46%	115.447
MARGEM FINANCEIRA	671.957.871	668.110.311	0,58%	3.847.560
Rendimentos de instrumentos de capital	12.977.676	19.613.743	-33,83%	-6.636.067
Rendimentos de serviços e comissões	138.832.462	147.956.996	-6,17%	-9.124.534
Encargos com serviços e comissões	23.561.271	26.098.066	-9,72%	-2.536.795
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	651.053	(9.000)	-7333,92%	660.053
Resultados de reavaliação cambial	48.477.223	51.265.418	-5,44%	-2.788.195
Resultados de alienação de outros activos	2.161.580	130.950	1550,69%	2.030.630
Outros resultados de exploração	48.696.349	55.450.253	-12,18%	-6.753.904
Outros Proveitos de Exploração	75.090.906	78.488.750	-4,33%	(3.397.844)
Outros Custos de Exploração	26.394.558	23.038.497	14,57%	3.356.061
MARGEM COMPLEMENTAR	228.235.072	248.310.294	-8,08%	(20.075.222)
PRODUTO BANCÁRIO	900.192.943	916.420.605	-1,77%	(16.227.662)
Custos com pessoal	209.525.393	208.539.866	0,47%	985.527
Gastos gerais administrativos	257.246.081	250.999.797	2,49%	6.246.283
Amortizações do exercício	58.480.417	65.514.842	-10,74%	-7.034.425
CUSTO DE ESTRUTURA	525.251.890	525.054.505	0,04%	197.385
Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-	-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recu	248.357.780	265.315.234	-6,39%	(16.957.454)
Constituição	1.220.615.869	1.322.763.426	-7,72%	(102.147.557)
Reposições e anulações	972.258.089	1.057.448.192	-8,06%	(85.190.103)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	800.000	2.102.893	-61,96%	(1.302.893)
Constituição	800.000	2.102.893	-61,96%	(1.302.893)
Reposições e anulações	-	-	-	-
Resultados em empresas associadas	8.739.509	7.809.716	11,91%	929.793
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	134.522.782	131.757.689	2,10%	2.765.093
Imposto Corrente	-	-	-	-
Diferidos	9.982.155	11.014.660	-9,37%	(1.032.505)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	124.540.627	120.743.029	3,15%	3.797.598

Responsável da Contabilidade

Stanislaus

A Administração,

h

[Handwritten signature]

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

Em cumprimento do disposto no artigo trigésimo terceiro dos Estatutos do Banco Interatlântico, durante o ano de 2012 o Conselho Fiscal acompanhou o funcionamento e a evolução dos negócios do Banco, analisou e verificou os principais actos de gestão e procedeu à análise mensal das contas e das demonstrações financeiras.

Nos termos da alínea f) do referido artigo dos Estatutos do Banco, o Conselho Fiscal debruçou-se, ainda, sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno emanado pelo Conselho de Administração tendo emitido um parecer anexado ao Relatório mencionado, posteriormente enviado ao accionista Caixa Geral de Depósitos para ser presente às autoridades de supervisão bancária em Portugal.

No âmbito das atribuições cometidas ao Conselho Fiscal, examinámos o Relatório e Contas do Conselho de Administração referentes ao exercício de 2012, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro e as respectivas demonstrações financeiras que incluem a demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa e as variações patrimoniais.

De acordo com as Normas Internacionais de Auditoria os auditores externos Deloitte & Associados, SROC S.A, no seu relatório certificam que as demonstrações financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração expressam de forma apropriada a posição financeira do Banco Interatlântico em 31 de Dezembro de 2012 e foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O Conselho Fiscal constatou que a ênfase apontada no relatório dos auditores externos, relativamente à carteira de crédito, diz respeito aos elevados montantes de crédito concedido a empresas do sector imobiliário e da construção, associados a projectos de empreendimentos turísticos que, devido à crise mundial, se encontram actualmente suspensos na sua maioria.

A elevada concentração da carteira de crédito, especialmente preocupante neste sector de actividade, que também resulta da dimensão do mercado de Cabo Verde, por diversas vezes já referida pelo Conselho Fiscal, levou a gestão do Banco a tomar um conjunto de medidas com vista a garantir a cobrança destes créditos, que na generalidade das operações tem garantias hipotecárias.

Se o mercado imobiliário em Cabo Verde não apresentar uma considerável evolução positiva nos próximos anos, o Conselho Fiscal entende que o Banco poderá vir a registar consideráveis prejuízos na carteira de crédito, pelo que será prudente aumentar desde já o nível de provisões para o efeito.

Em Termos das conclusões da análise da situação patrimonial do Banco e das Contas e Demonstração de Resultados do exercício de 2012, o Conselho Fiscal salienta os seguintes:

1. O Activo do Banco cifrou-se em 18,3676 milhões de contos, o que representa um crescimento de 2,2% face a 2011;
2. O crédito líquido a clientes atingiu os 13,067 milhões de contos em resultado do crescimento de 1,9% face a 2011, o que traduz estabilidade e ponderação da gestão nesta matéria, face aos constrangimentos económicos e financeiros externos e da economia nacional;
3. O crédito e juros vencidos situaram-se em 2,165 milhões de contos e corresponde a 15,1% do total do crédito concedido, apresentando um crescimento de 13,2% face ao ano anterior, o que revela uma deterioração da carteira de crédito de 1,3 p.p. relativamente a 2011;
4. As imparidades de crédito a clientes atingiram o montante de 1,259 milhões de contos, com uma cobertura do crédito vencido a situar-se em 58,2% e o volume de imparidades registadas no exercício cifrou-se em 247 mil contos;
5. O Banco teve um bom desempenho na captação de recursos dado que os depósitos de clientes observaram um bom crescimento (+12,3%) face a 2011, com a evolução dos depósitos a prazo (+14%) bem superior à dos depósitos à ordem (+7,2%), com os inerentes reflexos na margem financeira, pois a variação do stock de crédito, embora positiva, foi de baixo montante;
6. O Banco apresenta uma posição cambial longa em Euros, USD e Outras moedas, respectivamente no contravalor de 1,720 mil contos, 0,814 mil contos e 25,464 mil contos. Considerando que a taxa de câmbio €/Esc.CV é fixa não há risco cambial associado à posição em Euros o mesmo se poderá concluir em relação aos USDs face à pequena dimensão da posição. Já o mesmo não se passa com a posição do Banco em Outras moedas com as taxas de câmbio sujeitas a variações não controláveis e imprevisíveis embora o risco associado se possa considerar baixo face ao montante do *mismatch* da posição;
7. A Margem financeira observou um pequeno crescimento face a 2011 (+3,8 mil contos) o que representa um incremento de 0,58%, e a margem complementar observou uma quebra de 20 mil contos, essencialmente devido ao comportamento de algumas das suas componentes ter sido inferior ao verificado no ano anterior, nomeadamente nos resultados na reavaliação cambial (-3,2 mil contos) e no comissionamento em cartões de crédito (-4,3 mil contos). Esta evolução das margens implicou uma quebra do produto bancário de 16,4 mil contos, que se fixou em 134 mil contos no exercício de 2012.
8. A estrutura de custos manteve-se, praticamente, no mesmo nível do ano anterior. As pequenas variações positivas na rubrica de pessoal (+986 contos) e em gastos gerais

administrativos (+6.246 contos), esta última variação com impacto negativo no rácio cost-to-income (+1 p.p. em relação ao ano anterior), foram compensados em idêntico montante pela rubrica depreciações e amortizações (-7.034 contos).

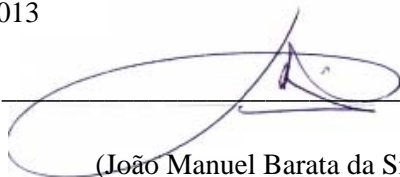
9. Os Resultados líquidos fixaram-se em 124,5 mil contos, mais 3,8 mil contos, relativamente ao ano anterior, que face à quebra do produto bancário assinalada e à manutenção do mesmo nível de custos de estrutura só foi possível com a redução do volume anual de imparidades face a 2011 (-14,7 mil contos) e impostos (-1,03 mil contos).
10. Em 2012, a gestão do Banco manteve a sua política de responsabilidade social, apoiando Instituições de solidariedade, educação, cultura, saúde e autarquias locais, sob a forma de patrocínios e donativos, que ascenderam a 5,7 mil contos e 3,5 mil contos, respectivamente. Globalmente, a comparticipação do Banco nesta matéria apresenta uma redução de 2,1 mil contos face ao ano anterior, mas ainda assim representa 7,3% dos resultados líquidos o que revela algum esforço do Banco Interatlântico no apoio social e das comunicações cabo-verdianas.

No desenvolvimento da sua acção fiscalizadora, cujas principais conclusões ficaram registadas em acta da reunião ordinária anual do dia 3 de Junho de 2013 e comunicadas ao Conselho de Administração, o Conselho Fiscal entende que as verificações e análises efectuadas proporcionam uma base aceitável para expressar o seu parecer sobre os documentos apresentados a esta Assembleia Geral,

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal dá o seu parecer positivo a Assembleia Geral aprove o Relatório e Contas do exercício de 2012, apresentados pelo conselho de Administração.

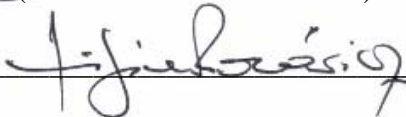
Cidade da Praia, 4 de Junho de 2013

O Presidente do Conselho Fiscal _____

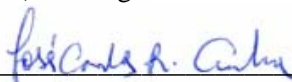


(João Manuel Barata da Silva)

Os Vogais do Conselho Fiscal _____



(João Higinio do Rosário Silva)



(José Carlos Ramos Cunha)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Ao Conselho de Administração
do Banco Interatlântico, S.A.R.L.

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. (“Banco”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de mCve. 18.367.742 e um capital próprio de mCve. 1.642.534, incluindo um resultado líquido de mCve. 124.541, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.

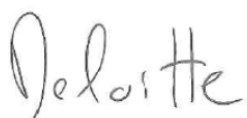
Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfase

7. A carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2012 inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo alguns projectos de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra actualmente suspensa. O Banco tem em curso um conjunto de medidas com vista à recuperação destes créditos, e tem na generalidade das situações hipotecas sobre os respectivos imóveis/terrenos cujo valor de avaliação de que dispõe é superior ao valor dos créditos. A concretização das expectativas de cobrabilidade reflectidas na imparidade atribuída pelo Banco a estes clientes, que reflecte normalmente descontos face aos valores de avaliação, está naturalmente dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e do resultado das medidas concretas que se encontram em curso.

Lisboa, 2 de Maio de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2012		2011		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2012	2011
		Activo Bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	1.758.436	-	1.758.436	2.215.700	Recursos de outras instituições de crédito	15	259.889	1.675.173
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	280.283	-	280.283	156.673	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	15.772.730	13.902.555
Activos financeiros disponíveis para venda	5	367.221	(40.082)	327.139	343.532	Outros passivos subordinados	17	514.017	514.017
Aplicações em instituições de crédito	6	1.025.663	-	1.025.663	274.348	Passivos por impostos diferidos	13	5.354	11.363
Títulos de dívida pública	7	1.485.375	-	1.485.375	1.715.870	Outros passivos	19	173.218	316.144
Crédito a clientes	8	14.326.895	(1.259.101)	13.067.794	12.827.600	Total do Passivo		16.725.208	16.419.252
Activos não correntes detidos para venda	9	11.111	-	11.111	17.129	Capital	20	1.000.000	1.000.000
Outros activos tangíveis	10	874.780	(585.023)	289.757	305.181	Prémios de emissão	21	388	388
Activos intangíveis	11	81.713	(78.897)	2.816	3.859	Reservas de reavaliação	21	13.005	23.966
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	45.022	-	45.022	40.804	Outras reservas e resultados transitados	21	504.600	413.857
Activos por impostos correntes	13	33.561	-	33.561	29.079	Resultado do exercício	21	124.541	120.743
Activos por impostos diferidos	13	10.884	-	10.884	23.123	Total do Capital próprio		1.642.534	1.558.954
Outros activos	14	35.570	(5.669)	29.901	25.308	Total do Passivo e do Capital Próprio		18.367.742	17.978.206
Total do Activo		20.336.514	(1.968.772)	18.367.742	17.978.206				

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2012	2011
Juros e rendimentos similares	22	1.224.353	1.222.850
Juros e encargos similares	23	(552.395)	(554.740)
MARGEM FINANCEIRA		<u>671.958</u>	<u>668.110</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	24	12.978	19.614
Rendimentos de serviços e comissões	25	138.832	147.957
Encargos com serviços e comissões	25	(23.561)	(26.098)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	651	(9)
Resultados de reavaliação cambial	26	48.477	51.265
Resultados de alienação de outros activos	27	2.162	131
Outros resultados de exploração	28	48.695	55.452
PRODUTO BANCÁRIO		<u>900.192</u>	<u>916.422</u>
Custos com pessoal	29	(209.525)	(208.540)
Gastos gerais administrativos	30	(257.246)	(251.000)
Amortizações do exercício	10 e 11	(58.480)	(65.515)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(248.358)	(265.316)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	(800)	(2.103)
Resultados em empresas associadas	12	8.740	7.810
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>134.523</u>	<u>131.758</u>
Impostos			
Diferidos	13	(9.982)	(11.015)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		<u>(9.982)</u>	<u>(11.015)</u>
		<u>124.541</u>	<u>120.743</u>
Número médio de acções ordinárias emitidas		100.000	100.000
Resultado por acção		1,25	1,21

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Lucro do exercício	Total	
				Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.000.000	388	16.878	98.030	397.186	(146.396)	348.820	130.074	1.496.160
Distribuição do resultado do exercício de 2010:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	13.008	52.029	-	65.037	(65.037)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(65.037)	(65.037)
Rendimento integral do exercício	-	-	7.088	-	-	-	-	120.743	127.831
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.000.000	388	23.966	111.038	449.215	(146.396)	413.857	120.743	1.558.954
Distribuição do resultado do exercício de 2011:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	12.074	78.669	-	90.743	(90.743)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Rendimento integral do exercício	-	-	(10.961)	-	-	-	-	124.541	113.580
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	1.000.000	388	13.005	123.112	527.884	(146.396)	504.600	124.541	1.642.534

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	(14.713)	8.832
Efeito fiscal	3.752	(1.744)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	<u>(10.961)</u>	<u>7.088</u>
Resultado líquido do exercício	124.541	120.743
Total do rendimento integral do exercício	<u>113.580</u>	<u>127.831</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Handwritten signature and initials in blue ink, consisting of a stylized name and a circular stamp with a signature inside.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimento de juros e comissões	1.320.540	1.309.857
Pagamento de juros e comissões	(884.325)	(591.906)
Recuperação de crédito e juros vencidos	41.462	60.416
Resultados cambiais	48.477	51.265
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	48.696	42.919
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(466.771)	(466.366)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	-	(23.963)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>108.080</u>	<u>382.222</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Activos financeiros disponíveis para venda	1.681	(16.714)
Aplicações em instituições de crédito	(751.111)	355.455
Créditos sobre clientes	(322.697)	(1.406.286)
Outros activos	-	(16.772)
	<u>(842.127)</u>	<u>(908.227)</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(1.413.850)	1.351.787
Recursos de clientes	1.850.508	(1.659.803)
Outros passivos subordinados	-	194
Outros passivos	-	(29.629)
	<u>436.658</u>	<u>(337.451)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(405.469)</u>	<u>(1.245.678)</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de investimento</u>		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Activos intangíveis	(1.472)	(1.350)
Outros activos tangíveis	(22.292)	(83.941)
Dividendos recebidos	17.499	23.357
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(6.265)</u>	<u>(61.934)</u>
<u>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</u>		
Dividendos distribuídos	(30.000)	(65.038)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(30.000)</u>	<u>(65.038)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(333.654)</u>	<u>(990.428)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.372.373	3.362.801
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2.038.719	2.372.373

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Abril de 2013, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
1 USD	82,995	85,423

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em “Outros activos”. Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) o Banco recorre a avaliações de entidades externas, as quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo entre outros factores as expectativas de evolução da actividade futura da empresa, as taxas de juro e o prémio de risco de mercado e a volatilidade.

ii) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes. Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares
- Sector Público

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em “Activos não correntes detidos para venda”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

f) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	12
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	4 - 5
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

p) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de Dezembro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

<u>Norma/Interpretação</u>	<u>Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)</u>	
EMENDAS:		
IFRS 7 – Emenda (Transferência de activos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de activos financeiros.

Não se verificaram efeitos nas demonstrações financeiras da Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, decorrentes da emenda acima referida.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	01-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
EMENDAS:		
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	01-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.
IAS 19 – Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	01-Jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	01-Jul-12	Esta emenda refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 – Emenda (2011)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.
IAS 32 – Emenda (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2010)	01-Jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos activos financeiros.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (Maio de 2012)	Várias (usualmente 1- Jan-13)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IAS 16 e a IAS 32.
IFRS 1 –Emenda (subsídios governamentais)	01-Jan-13	Cria uma excepção à aplicação retrospectiva dos requisitos definidos na IAS 20 para aplicação a subsídios governamentais concedidos a taxas de juro bonificadas.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Emendas (regras de transição)	01-Jan-13	Emendas às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 de modo a clarificar as regras do processo de transição para as referidas normas.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Caixa		
· Moeda nacional	276.093	256.912
· Moeda estrangeira	465.570	196.603
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
· Moeda nacional	1.016.773	1.762.185
	<u>1.758.436</u>	<u>2.215.700</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 18% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Até 31 de Dezembro de 2011, o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa correspondia a 16%.

Nos exercícios de 2012 e 2011, estes depósitos não foram remunerados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos à ordem:		
· Caixa Geral de Depósitos, S.A.	144.005	2.711
· Em outras instituições no estrangeiro	50.278	19.711
· Em instituições no país	16.068	15.381
	<u>210.351</u>	<u>37.802</u>
Cheques a cobrar:		
· Sobre o estrangeiro	23.360	31.265
· Sobre o país	46.572	87.606
	<u>69.932</u>	<u>118.871</u>
	<u>280.283</u>	<u>156.673</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Instrumentos de capital:</u>		
Valorizados ao justo valor	336.570	351.282
Valorizados ao custo histórico	30.651	32.332
	<u>367.221</u>	<u>383.614</u>
<u>Imparidade:</u>		
Instrumentos de capital (Nota 18)	(40.082)	(40.082)
	<u>327.139</u>	<u>343.532</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	2012				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	236.327	7.591	(10.010)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	53.485	2.634	(28.192)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	8.556	7.232	-
	<u>319.112</u>		<u>298.368</u>	<u>17.457</u>	<u>(38.202)</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.094	0,65%	10.094	-	-
Promleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
	<u>30.651</u>		<u>28.771</u>	<u>-</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>349.763</u>		<u>327.139</u>	<u>17.457</u>	<u>(40.082)</u>

n.d. - não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Título	2011				
	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	255.374	26.639	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	51.809	956	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	5.897	4.578	-
	<u>319.112</u>		<u>313.080</u>	<u>32.173</u>	<u>(38.202)</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.094	0,65%	10.094	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	<u>32.332</u>		<u>30.452</u>	<u>-</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>351.444</u>		<u>343.532</u>	<u>32.173</u>	<u>(40.082)</u>

Banco Comercial do Atlântico, S.A. e Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de mercado das acções do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era superior e inferior ao valor de balanço em mCve. 22.484 e mCve. 28.199, respectivamente. O Banco optou por valorizar as acções com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de mercado das acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.408 e mCve. 1.397, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Os principais movimentos relativos a instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

No exercício de 2011, o Banco adquiriu 5.402 acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., com um custo de aquisição de mCve. 16.746.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

No exercício de 2011, o Banco vendeu 6 acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A., pelo montante total de mCve. 39, tendo registado uma menos valia de mCve. 9 na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Fundo GARI

No exercício de 2012, o Banco procedeu à alienação de 100 acções do Fundo GARI pelo montante total de 2.332 mCve, tendo registado uma mais valia de mCve. 651 na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações de crédito no país:		
· No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	-	100.000
- Títulos de regularização monetária	-	140.000
- Aplicações a muito curto prazo	1.000.000	-
	<u>1.000.000</u>	<u>240.000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
· Na Caixa Geral de Depósitos:		
- Depósitos	17.245	25.892
· Outras instituições de crédito	8.382	8.625
	<u>25.627</u>	<u>34.517</u>
Juros a receber	36	97
Proveitos diferidos	-	(266)
	<u>1.025.663</u>	<u>274.348</u>

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor Nominal	1.465.940	1.695.940
Juros a receber	19.435	19.930
	<u>1.485.375</u>	<u>1.715.870</u>

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) a), estes títulos encontram-se registados ao custo amortizado.

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascendia, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a mCve. 1.383.600 e mCve. 1.087.500, respectivamente (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	34.030	92.524
. Empréstimos	38.601	29.757
. Descobertos em depósitos à ordem	436.993	280.842
. Outros créditos	117.001	109.027
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	8.194.314	7.608.222
. Créditos em conta corrente	1.871.443	2.125.804
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	-	7.951
. Descobertos em depósitos à ordem	41.582	11.048
. Habitação	2.500	42.580
. Outros créditos	1.135	18.268
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	497.321	463.027
. Créditos em conta corrente	94.394	160.918
Crédito ao Pessoal	260.067	261.633
Outros créditos e valores a receber - titulados	631.746	783.034
	<u>12.221.127</u>	<u>11.994.635</u>
Juros a receber	50.223	51.117
Comissões e outros proveitos diferidos	(109.763)	(117.546)
Custos diferidos	412	268
Créditos e juros vencidos	2.164.896	1.911.863
	<u>14.326.895</u>	<u>13.840.337</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	(1.259.101)	(1.012.737)
	<u>13.067.794</u>	<u>12.827.600</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Outros créditos e valores a receber – titulados” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2012	2011	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	-	136.203	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	156.624	156.776	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199	14-06-2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	136.099	-	06-08-2015
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A. Serie G	200.000	-	06-08-2015
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	30.000	30.000	05-01-2014
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	29.968	-	06-08-2015
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	19.996	31-07-2015
Câmara Municipal do Sal	13.000	14.000	23-06-2025
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	6.668	6.668	20-12-2017
Tecnicil Indústria, S.A.	6.193	6.193	23-04-2014
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	999	999	18-02-2014
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	-	180.000	10-08-2012
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	-	200.000	06-08-2012
	<u>631.746</u>	<u>783.034</u>	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. e Câmara Municipal do Sal, têm aval do Estado de Cabo Verde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2012								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	3.946	-	3.946	3.946	-	3.946
Pesca	-	-	-	4.434	-	4.434	4.434	-	4.434
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	205.321	29.846	235.167	205.321	29.846	235.167
Indústria têxtil	-	-	-	1.608	325	1.933	1.608	325	1.933
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	283	349	632	283	349	632
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	259.945	18.748	278.693	259.945	18.748	278.693
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	4.308	21	4.329	4.308	21	4.329
Construção	-	95.978	95.978	1.717.852	24.664	1.742.516	1.717.852	120.642	1.838.494
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	570.560	50.296	620.856	570.560	50.296	620.856
Transportes, armazenagem e comunicações	111.295	-	111.295	291.635	681.958	973.593	402.930	681.958	1.084.888
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	627.644	111.137	738.781	627.644	111.137	738.781
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	508.464	4.733	513.197	508.464	4.733	513.197
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.127.785	576.997	1.704.782	1.127.785	576.997	1.704.782
Outras actividades	293.911	24	293.935	1.539.406	274.119	1.813.525	1.833.317	274.143	2.107.460
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	119.690	-	119.690	119.690	-	119.690
Saúde e segurança social	-	-	-	52.870	12.714	65.584	52.870	12.714	65.584
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	17.965	1.273	19.238	17.965	1.273	19.238
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	405.206	96.002	501.208	7.053.716	1.787.180	8.840.896	7.458.922	1.883.182	9.342.104
Particulares									
Habituação	-	-	-	2.295.895	202.312	2.498.207	2.295.895	202.312	2.498.207
Outros fins	-	-	-	1.762.820	151.146	1.913.966	1.762.820	151.146	1.913.966
	-	-	-	4.058.715	353.458	4.412.173	4.058.715	353.458	4.412.173
	405.206	96.002	501.208	11.112.431	2.140.638	13.253.069	11.517.637	2.236.640	13.754.277

	31.12.2011								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	5.019	-	5.019	5.019	-	5.019
Pesca	-	-	-	6.407	586	6.993	6.407	586	6.993
Indústrias extractivas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	129	-	129	192.467	18.129	210.596	192.596	18.129	210.725
Indústria têxtil	-	-	-	2.032	584	2.616	2.032	584	2.616
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	232	178	410	232	178	410
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	1.291	839	2.130	1.291	839	2.130
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	171.393	2.469	173.862	171.393	2.469	173.862
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	18.439	151	18.590	18.439	151	18.590
Construção	47.117	-	47.117	1.867.488	49.046	1.916.534	1.914.605	49.046	1.963.651
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	639.696	14.977	654.673	639.696	14.977	654.673
Transportes, armazenagem e comunicações	100.090	-	100.090	407.659	531.453	939.112	507.749	531.453	1.039.202
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	369.570	283.188	652.758	369.570	283.188	652.758
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	142.876	4.172	147.048	142.876	4.172	147.048
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	895.393	327.081	1.222.474	895.393	327.081	1.222.474
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	121.657	19	121.676	121.657	19	121.676
Saúde e segurança social	-	-	-	50.614	5.546	56.160	50.614	5.546	56.160
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	343.528	7	343.535	1.799.651	276.561	2.076.212	2.143.179	276.568	2.419.747
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	14.346	601	14.947	14.346	601	14.947
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	490.864	7	490.871	6.706.230	1.515.580	8.221.810	7.197.094	1.515.587	8.712.681
Particulares									
Habituação	-	-	-	2.190.259	231.367	2.421.626	2.190.259	231.367	2.421.626
Outros fins	-	-	-	1.824.248	164.909	1.989.157	1.824.248	164.909	1.989.157
	-	-	-	4.014.507	396.276	4.410.783	4.014.507	396.276	4.410.783
	490.864	7	490.871	10.720.737	1.911.856	12.632.593	11.211.601	1.911.863	13.123.464

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica é composta por um terreno e um imóvel recebidos por recuperação de créditos vencidos. No exercício de 2012, foi alienado o terreno sito na Vila dos Espargos, Ilha do Sal, no montante de mCve. 6.000.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Descrição	2012							Valor líquido em 31-12-2012	
	Saldos em 31-12-2011				Transfe- -rências	Abates líquidos	Amortizações do exercício		Outros
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições						
Imóveis de serviço próprio									
· Terrenos	38.732	-	-	-	-	-	-	38.732	
· Edifícios	113.093	(45.725)	-	-	-	(1.913)	-	65.455	
Obras em imóveis arrendados	259.719	(174.709)	-	-	-	(13.437)	-	71.573	
	<u>411.544</u>	<u>(220.434)</u>				<u>(15.350)</u>		<u>175.760</u>	
Equipamento									
· Mobiliário e material	44.161	(25.422)	353	-	-	(2.435)	-	16.657	
· Máquinas e ferramentas	22.663	(16.418)	2.263	-	-	(1.940)	-	6.568	
· Equipamento informático	245.097	(203.242)	2.618	-	(119)	(17.795)	-	26.559	
· Instalações interiores	13.402	(9.817)	784	-	-	(911)	-	3.458	
· Material de transporte	66.969	(42.076)	28.550	-	(2.429)	(12.875)	-	38.139	
· Equipamento de segurança	11.538	(8.898)	637	-	-	(896)	-	2.381	
· Outro equipamento	28.600	(16.986)	8.567	3.077	(682)	(3.748)	-	18.828	
Outros activos tangíveis	157	(86)	-	-	-	(15)	-	56	
	<u>432.587</u>	<u>(322.945)</u>	<u>43.772</u>	<u>3.077</u>	<u>(3.230)</u>	<u>(40.615)</u>		<u>112.646</u>	
Activos tangíveis em curso									
· Despesas em edifícios arrendados	1.351	-	-	-	-	-	-	1.351	
· Equipamento	7.006	(3.929)	-	(3.077)	-	-	-	-	
	<u>8.357</u>	<u>(3.929)</u>		<u>(3.077)</u>				<u>1.351</u>	
	<u>852.488</u>	<u>(547.308)</u>	<u>43.772</u>		<u>(3.230)</u>	<u>(55.965)</u>		<u>289.757</u>	
	2011								
Descrição	Saldos em 31-12-2010				Transfe- -rências	Abates líquidos	Amortizações do exercício	Outros	Valor líquido em 31-12-2011
	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições						
Imóveis de serviço próprio									
· Terrenos	38.733	-	-	-	-	-	-	-	38.733
· Edifícios	76.637	(44.195)	27.360	9.096	-	(1.530)	-	-	67.368
Obras em imóveis arrendados	272.859	(165.247)	-	(7.960)	-	(14.641)	-	-	85.011
	<u>388.229</u>	<u>(209.442)</u>	<u>27.360</u>	<u>1.136</u>		<u>(16.171)</u>			<u>191.112</u>
Equipamento									
· Mobiliário e material	43.283	(22.944)	896	(18)	-	(2.474)	-	-	18.743
· Máquinas e ferramentas	21.249	(14.477)	1.396	18	-	(1.943)	-	-	6.243
· Equipamento informático	212.326	(178.698)	30.408	2.364	-	(24.544)	-	-	41.856
· Instalações interiores	12.575	(8.772)	825	-	-	(1.044)	-	-	3.584
· Material de transporte	53.669	(29.997)	13.300	-	-	(12.079)	-	-	24.893
· Equipamento de segurança	11.486	(8.004)	53	-	-	(894)	-	-	2.641
· Outro equipamento	25.351	(15.393)	5.050	-	(214)	(3.183)	-	-	11.611
Outros activos tangíveis	157	(71)	-	-	-	(16)	-	-	70
	<u>380.096</u>	<u>(278.356)</u>	<u>51.928</u>	<u>2.364</u>		<u>(46.177)</u>			<u>109.641</u>
Activos tangíveis em curso									
· Despesas em edifícios arrendados	691	-	1.796	(1.136)	-	-	-	-	1.351
· Equipamento	6.294	(3.011)	3.076	(2.364)	-	-	(918)	-	3.077
	<u>6.985</u>	<u>(3.011)</u>	<u>4.872</u>	<u>(3.500)</u>			<u>(918)</u>		<u>4.428</u>
	<u>775.310</u>	<u>(490.809)</u>	<u>84.160</u>		<u>(214)</u>	<u>(62.348)</u>	<u>(918)</u>		<u>305.181</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Imobilizado em curso” inclui mCve. 3.929, referentes à aquisição de um equipamento tipo “Quiosque” ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade para a totalidade do montante (Nota 18).

No âmbito da transição para as NIRF, o Banco apurou um ajustamento negativo em capital próprio de mCve. 17.724 relativo a imparidade do imóvel de serviço próprio, determinado com base em avaliação externa independente. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a imparidade registada para o imóvel ascende a mCve. 13.743 (Nota 18).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2010			Saldos em 31-12-2011			Saldos em 31-12-2012			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Software	78.892	(73.215)	1.349	(3.167)	80.241	(76.382)	1.472	(2.515)	81.713	(78.897)

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2012					2011				
			Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro / (Prejuízo)	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	45.022	620.939	170.293	477.032	90.579	40.804	588.300	183.022	441.190	75.350

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço desta participação nos exercícios de 2012 e 2011 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras pode ser demonstrado da seguinte forma:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	36.737
Resultados em Associadas	7.810
Dividendos recebidos	(3.743)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>40.804</u>
Resultados em Associadas	8.740
Dividendos recebidos	(4.522)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u><u>45.022</u></u>

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

	2012	2011
<u>Activos por impostos correntes</u>		
. Pagamentos por conta	<u>33.561</u>	<u>29.079</u>
<u>Activos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	10.884	23.123
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	(5.354)	(11.363)
	<u><u>5.530</u></u>	<u><u>11.760</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012			Saldo em 31.12.2012
	Saldo em 31.12.2011	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	19.967	-	(9.982)	9.985
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(8.207)	3.752	-	(4.455)
	<u>11.760</u>	<u>3.752</u>	<u>(9.982)</u>	<u>5.530</u>

	2011			Saldo em 31.12.2011
	Saldo em 31.12.2010	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	30.979	-	(11.015)	19.967
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(6.463)	(1.744)	-	(8.207)
	<u>24.516</u>	<u>(1.744)</u>	<u>(11.015)</u>	<u>11.760</u>

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como se segue:

	2012		2011	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		134.523		131.758
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	34.303	25,5%	33.598
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(12,89%)	(17.335)	(14,36%)	(18.915)
. Rendimento de obrigações cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde	(7,87%)	(10.582)	(7,34%)	(9.672)
. Dividendos	(2,46%)	(3.309)	(3,80%)	(5.002)
. Outros	5,13%	6.905	8,35%	11.006
Imposto sobre lucros do exercício	<u>7,4%</u>	<u>9.982</u>	<u>8,4%</u>	<u>11.015</u>

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estes rendimentos ascendem a mCve. 67.982 e mCve. 74.178, respectivamente.

Em Setembro de 2010, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.601, referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Em 30 de Setembro de 2010, o Banco procedeu à respectiva liquidação, tendo de seguida contestado a liquidação do montante de mCve. 853, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

Em Agosto de 2012, o Banco recebeu uma notificação da DGCI, para fixação da matéria colectável do exercício de 2011, que resultou num crédito de imposto no montante de mCve. 11.056.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Devedores e outras aplicações		
. Valores a receber do Grupo	4.633	4.650
. Valores a receber do Estado de Cabo Verde	7.066	6.387
. Outros	5.137	4.530
Outros activos		
. Património artístico	606	606
Rendimentos a receber		
. Outros	2.127	2.525
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	4.839	6.084
Outras contas de regularização		
. Cheques em trânsito	9.162	3.529
. Outros	2.000	1.866
	<u>35.570</u>	<u>30.177</u>
Imparidade de outros activos (Nota 18)	<u>(5.669)</u>	<u>(4.869)</u>
	<u>29.901</u>	<u>25.308</u>

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos de instituições de crédito nacionais		
. Empréstimos de empresas seguradoras		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	68.900	78.010
Protege Correctora Seguros	6.236	6.000
	<u>75.136</u>	<u>84.010</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
. Descobertos em depósitos à ordem:		
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	4.318	5.061
Banco Africano de Investimento, S.A.	20	-
Caixa Geral de Depósitos	-	1.388.792
Unicre - Instituição de Crédito, S.A.	-	1.840
Outros	5	-
	<u>4.343</u>	<u>1.395.693</u>
. Empréstimos		
Caixa Geral de Depósitos - Euros	90.615	93.331
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	87.273	98.182
	<u>177.888</u>	<u>191.513</u>
Juros a pagar	<u>2.522</u>	<u>3.957</u>
	<u>259.889</u>	<u>1.675.173</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica “Recursos em instituições de crédito no estrangeiro” incluía mCve. 1.388.792 relativos a uma linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos. Durante o exercício de 2012, o Banco procedeu ao reembolso de capital.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco tinha esta linha utilizada em 989.352 Euros (mCve. 109.091). Durante os exercícios de 2012 e 2011, o Banco procedeu ao reembolso de capital de 98.935 Euros (mCve. 10.909), em cada ano.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve. 90.615 e mCve. 93.331, respectivamente.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos de poupança:		
· Poupança jovem	174.365	159.905
Depósitos à ordem		
· De residentes	4.450.972	4.092.456
· De não residentes	809.835	783.110
· De emigrantes	478.742	476.941
	<u>5.739.549</u>	<u>5.352.507</u>
Depósitos a prazo		
· De residentes	4.760.502	4.155.735
· De emigrantes	2.435.204	2.115.867
· De não residentes	1.104.201	874.854
	<u>8.299.907</u>	<u>7.146.456</u>
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
· Obrigações do Tesouro	1.383.600	1.087.500
Outros débitos		
· Cheques e ordens a pagar	14.530	15.075
	<u>15.611.951</u>	<u>13.761.443</u>
Juros a pagar	160.779	141.112
	<u>15.772.730</u>	<u>13.902.555</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de Julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de Julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusivé):
 - taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
 - taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de Julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de Julho de 2013 a 8 de Julho de 2018;
- Alteração do prazo para 10 anos a partir de Julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os juros a pagar ascendiam a mCve. 14.348. Adicionalmente, nestas datas encontravam-se a ser diferidas comissões no montante de mCve. 331.

18. IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012				
	Saldos em 31-12-2011	Dotações liquidadas em resultados	Utilizações	Saldos em 31-12-2012	Recuperações de imparidade
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1.012.737	248.358	(1.994)	1.259.101	-
Imparidade de activos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082	
	<u>1.052.819</u>	<u>248.358</u>	<u>(1.994)</u>	<u>1.299.183</u>	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	17.672	-	-	17.672	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	4.869	800	-	5.669	
	<u>22.541</u>	<u>800</u>	<u>-</u>	<u>23.341</u>	
	<u>1.075.360</u>	<u>249.158</u>	<u>(1.994)</u>	<u>1.322.524</u>	
	2011				
	Saldos em 31-12-2010	Dotações liquidadas em resultados	Utilizações	Saldos em 31-12-2011	Recuperações de imparidade
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	744.580	268.676	(519)	1.012.737	(3.360)
Imparidade de activos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082	
	<u>784.662</u>	<u>268.676</u>	<u>(519)</u>	<u>1.052.819</u>	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	16.754	918	-	17.672	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	3.684	1.185	-	4.869	
	<u>20.438</u>	<u>2.103</u>	<u>-</u>	<u>22.541</u>	
	<u>805.100</u>	<u>270.779</u>	<u>(519)</u>	<u>1.075.360</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	54.829	116.734
Recursos diversos		
. Conta caução	9.460	62.504
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	15.771	15.006
. Previdência social	2.460	2.441
. Imposto sobre o valor acrescentado	344	316
Cobrança por conta de terceiros	225	304
Outros	253	242
	<u>83.342</u>	<u>197.547</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	17.117	19.870
Prémios de produtividade	14.785	17.862
Subsídio de férias	2.479	1.588
Subsídio de Natal	65	-
Férias por gozar	11.739	10.039
	<u>46.185</u>	<u>49.359</u>
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	16.542	11.996
De operações extrapatrimoniais	8.179	4.139
De créditos documentários	1.287	1.427
Outros	338	338
	<u>26.346</u>	<u>17.900</u>
Outras contas de regularização		
Compensação SISP	8.809	11.547
Cartões VISA	2.042	2.082
Compensação - Caução	1.938	6.025
Sobras de caixa	1.606	2.485
ATM - Multibanco	1.593	26.830
Cheques devolvidos	1.357	1.544
Outros	-	823
	<u>17.345</u>	<u>51.338</u>
	<u>173.218</u>	<u>316.144</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2013 e 2012, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui montantes a pagar relacionados com operações efectuadas nas ATM's geridas pela SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, S.A.R.L. nos montantes de mCve. 1.593 e mCve. 26.830, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Encargos a pagar – Subsídio de férias” corresponde à provisão para o subsídio de férias relativas ao exercício de 2012 e 2011, dos colaboradores contratados pelo Banco após Agosto de 2009, cujo pagamento apenas irá ocorrer em Janeiro de 2013 e 2012, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)20. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o capital do Banco estava representado por 100.000 acções, com o valor nominal de mCve. 10 cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

Entidade	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70.000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11.110	11,11%
Adega, S.A.R.L.	6.428	6,43%
Sita, S.A.R.L.	5.447	5,45%
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires	1.655	1,66%
Outros	5.360	5,36%
	<u>100.000</u>	<u>100,00%</u>

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2012	2011
Prémios de emissão	<u>388</u>	<u>388</u>
Reservas de reavaliação		
. De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	17.457	32.173
. De impostos diferidos (Nota 13)	(4.452)	(8.207)
	<u>13.005</u>	<u>23.966</u>
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	123.112	111.038
. Outras reservas	527.884	449.215
. Resultados transitados	(146.396)	(146.396)
	<u>504.600</u>	<u>413.857</u>
Lucro do exercício	<u>124.541</u>	<u>120.743</u>
	<u>642.534</u>	<u>558.954</u>

Reservas de reavaliação

Reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de crédito a clientes		
· Crédito interno	850.172	801.107
· Crédito ao exterior	52.679	57.905
· Crédito vencido	114.777	117.029
· Crédito ao pessoal	8.149	7.672
· Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
· Obrigações do Tesouro	84.241	97.374
· Bilhetes do Tesouro	-	108
De outros residentes	46.644	45.049
Juros de aplicações em instituições de crédito		
· No estrangeiro	287	186
· No país	3.391	22.781
Juros de disponibilidades	12	278
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	64.002	73.361
	<u>1.224.353</u>	<u>1.222.850</u>

Nos exercícios de 2012 e 2011, os juros de Obrigações do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 67.982 e mCve. 74.178, respectivamente (Nota 23).

Nos exercícios de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Juros de crédito a clientes – crédito vencido” inclui essencialmente o recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de depósitos		
· Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	6.947	6.655
· Depósitos à ordem		
De residentes	24.490	24.925
De não residentes	10	-
· Depósitos a prazo		
De residentes	230.266	248.387
De emigrantes	118.895	104.345
De não residentes	43.177	45.120
Juros de passivos subordinados	30.000	30.154
Juros de empréstimos		
· Do Banco de Cabo Verde	-	700
· De residentes	3.428	2.655
· De não residentes	19.185	9.721
Juros de credores e outros recursos		
· Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22)		
Obrigações do Tesouro	67.982	74.178
Outros juros e encargos similares	7.993	7.769
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	22	131
	<u>552.395</u>	<u>554.740</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	10.142	17.500
. Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.848	1.100
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	970	974
. VISA International Service Association	18	40
	<u>12.978</u>	<u>19.614</u>

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	45.404	57.951
Por serviços prestados		
. Comissões de anuidades de cartões	29.257	33.424
. Comissões na emissão de cheques	13.355	13.149
	<u>42.612</u>	<u>46.573</u>
Por garantias prestadas		
. Créditos documentários	25.114	21.741
. Garantias e avales	21.883	19.236
	<u>46.997</u>	<u>40.977</u>
Outras comissões	3.819	2.456
	<u>138.832</u>	<u>147.957</u>
 <u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas		
. Garantias e avales	965	1.050
	<u>965</u>	<u>1.050</u>
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	11.585	14.233
. Outras comissões	11.011	10.815
	<u>22.596</u>	<u>25.048</u>
	<u>23.561</u>	<u>26.098</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012			2011		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	37.244	(7.258)	29.986	29.352	(13.951)	15.401
Resultados em notas e moedas	24.458	(5.967)	18.491	43.627	(7.763)	35.864
	<u>61.702</u>	<u>(13.225)</u>	<u>48.477</u>	<u>72.979</u>	<u>(21.714)</u>	<u>51.265</u>

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 2.162 e mCve. 131, respectivamente.

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	42.960	44.904
. Cartões de crédito	19.127	23.408
. Outros	10.934	9.318
Reembolso de despesas	48	190
Outros	2.022	668
	<u>75.091</u>	<u>78.488</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	(5.611)	(4.580)
Donativos e quotizações	(3.613)	(3.115)
Outros	(17.171)	(15.341)
	<u>(26.395)</u>	<u>(23.036)</u>
	<u>48.696</u>	<u>55.452</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros custos de exploração – outros” inclui os montantes de mCve. 12.837 e mCve. 13.429, respectivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efectuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respectivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica “Outros proveitos de exploração – prestação de serviços diversos - outros” e ascendem a mCve. 10.625 e mCve. 8.980 em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.

29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	24.544	24.677
Remunerações dos empregados	150.912	135.731
Encargos sociais e obrigatórios	22.849	20.220
Prémios de produtividade	8.185	14.630
Outros	3.035	13.282
	<u>209.525</u>	<u>208.540</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Direcção	4	5
Coordenadores	8	2
Responsáveis / Gerentes	28	36
Administrativos	68	65
Auxiliares	6	5
	<u>114</u>	<u>113</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os números apresentados acima incluem 67 e 56, respectivamente, colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços especializados		
. Serviços especializados - SISP	36.359	37.209
. Serviços de informática	33.105	30.534
. Segurança e vigilância	18.057	18.387
. Outros serviços especializados	9.837	14.072
. Serviços de limpeza	7.333	7.221
. Serviços de auditoria	4.269	4.514
. Serviços de manutenção	2.860	3.306
. Honorários	4.827	2.744
Rendas e alugueres	28.314	28.342
Água, energia e combustíveis	22.920	23.286
Publicidade e edição de publicações	19.526	25.961
Comunicações e despesas de expedição	15.272	16.619
Formação de pessoal	11.908	3.361
Impressos e material de consumo corrente	11.886	12.234
Seguros	9.160	5.270
Conservação e reparação	7.376	4.587
Transportes	7.194	3.452
Deslocações, estadas e representação	5.977	8.835
Outros	1.066	1.066
	<u>257.246</u>	<u>251.000</u>

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
. Garantias e avals prestados	1.746.808	1.203.187
. Créditos documentários abertos	7.400	2.459.624
	<u>1.754.208</u>	<u>3.662.811</u>
Depósito e guarda de valores	1.463.509	1.778.051
	<u>3.217.717</u>	<u>5.440.862</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;
- Banca comercial – Inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- Banca de retalho - Compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2012			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	134.575	723.396	366.382	1.224.353
Juros e encargos similares	(60.628)	(235.087)	(256.680)	(552.395)
MARGEM FINANCEIRA	73.947	488.309	109.702	671.958
Rendimentos de instrumentos de capital	12.978	-	-	12.978
Rendimentos com serviços e comissões	-	92.157	46.675	138.832
Encargos com serviços e comissões	-	(11.263)	(12.298)	(23.561)
Resultado em activos Financeiros	651	-	-	651
Resultados de reavaliação cambial	48.477	-	-	48.477
Resultados de alienação de outros activos	2.162	-	-	2.162
Outros resultados de exploração	-	23.279	25.417	48.696
PRODUTO BANCÁRIO	138.215	592.482	169.496	900.193
Outros custos e proveitos				(775.651)
Resultado líquido do exercício				124.542
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.758.436	-	-	1.758.436
Disponibilidades em outras instituições de crédito	280.283	-	-	280.283
Activos financeiros disponíveis para venda	327.139	-	-	327.139
Aplicações em instituições de crédito	1.025.663	-	-	1.025.663
Títulos de dívida pública	1.485.375	-	-	1.485.375
Crédito a clientes	-	8.872.428	4.195.366	13.067.794
Recursos de outras instituições de crédito	259.889	-	-	259.889
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	7.540.080	8.232.650	15.772.730
Outros passivos subordinados	514.017	-	-	514.017

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011			Total
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	
Juros e rendimentos similares	196.516	733.822	292.512	1.222.850
Juros e encargos similares	(51.130)	(151.431)	(352.179)	(554.740)
MARGEM FINANCEIRA	145.386	582.391	(59.667)	668.110
Rendimentos de instrumentos de capital	-	19.614	-	19.614
Rendimentos com serviços e comissões	2.037	116.017	29.903	147.957
Encargos com serviços e comissões	(1.371)	(7.435)	(17.292)	(26.098)
Resultado em activos Financeiros	-	(9)	-	(9)
Resultados de reavaliação cambial	-	36.657	14.608	51.265
Resultados de alienação de outros activos	-	131	-	131
Outros resultados de exploração	-	39.646	15.806	55.452
PRODUTO BANCÁRIO	146.052	787.012	(16.642)	916.422
Outros custos e proveitos				(795.679)
Resultado líquido do exercício				120.743
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.215.700	-	-	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.673	-	-	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	343.532	-	-	343.532
Aplicações em instituições de crédito	274.348	-	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	-	-	1.715.870
Crédito a clientes	-	8.670.882	4.156.718	12.827.600
Recursos de outras instituições de crédito	1.675.173	-	-	1.675.173
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	4.180.375	9.722.180	13.902.555
Outros passivos subordinados	514.017	-	-	514.017

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

	2012					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	Banco Comercial					Associadas
CGD	do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing		
Activos:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	144.005	16.066	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	17.281	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	246.677	15.307	81.677	5.250	-
Crédito a clientes	-	6.680	-	-	-	2.072
Imparidade	-	(10.351)	(1.880)	(28.192)	-	(68)
Outros activos	-	4.633	-	-	-	2.127
Passivos:						
Recursos de outras instituições de crédito	20	-	-	72.881	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	47.165	23.727	-	37.532
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	-	254	1.380	-	-	3.218
Proveitos:						
Juros e rendimentos similares	280	384	-	-	-	405
Rendimentos de serviços e comissões	-	10.142	-	1.848	-	18.830
Custos:						
Juros e encargos similares	11.013	-	2.779	3.910	-	-
Outros custos de exploração	-	-	-	9.395	-	38.018
2011						
Grupo Caixa Geral de Depósitos						
Banco Comercial						Associadas
CGD	do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing		
Activos:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.711	15.378	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	25.989	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	265.385	15.307	79.999	5.250	-
Crédito a clientes	-	6.686	-	-	-	6.962
Imparidade	-	(10.011)	(1.880)	(28.192)	-	(499)
Outros activos	218	4.633	-	18	-	44.130
Passivos:						
Recursos de outras instituições de crédito	1.388.792	-	-	106.858	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	47.491	-	-	26.938
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	25.627
Outros Passivos	-	338	-	-	-	3.563
Proveitos:						
Juros e rendimentos similares	261	383	-	-	-	643
Rendimentos de serviços e comissões	-	17.500	-	1.100	-	31.716
Custos:						
Juros e encargos similares	1.361	-	2.737	3.124	-	-
Outros custos de exploração	-	-	-	6.007	-	37.950

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2012, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 28.708 (mCve. 25.147 no exercício de 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 761. Em 31 de Dezembro de 2011 não existia crédito concedido a membros do Conselho de Administração.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos matching, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2012									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.758.436	-	-	-	-	-	-	-	-	1.758.436
Disponibilidades em outras instituições de crédito	280.283	-	-	-	-	-	-	-	-	280.283
Aplicações em instituições de crédito	1.004.404	5.825	-	7.052	-	-	-	-	8.382	1.025.663
Títulos de dívida pública	6.382	7.008	131.045	342.610	418.330	210.000	370.000	-	-	1.485.375
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.490.820	992.554	1.712.024	1.612.579	1.049.331	1.235.617	2.198.414	4.035.556	-	14.326.895
	4.540.325	1.005.387	1.843.069	1.962.241	1.467.661	1.445.617	2.568.414	4.035.556	8.382	18.876.652
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(91.356)	(52.645)	(27.167)	(11.861)	(21.818)	(21.818)	(33.224)	-	-	(259.889)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.063.234)	(1.315.398)	(1.497.136)	(5.478.880)	(2.399.997)	(17.385)	(700)	-	-	(15.772.730)
Outros passivos subordinados	(14.017)	-	-	-	-	-	(500.000)	-	-	(514.017)
	(5.168.607)	(1.368.043)	(1.524.303)	(5.490.741)	(2.421.815)	(39.203)	(533.924)	-	-	(16.546.636)
Diferencial	(628.282)	(362.656)	318.766	(3.528.500)	(954.154)	1.406.414	2.034.490	4.035.556	8.382	2.330.016

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011								Total	
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.215.700	-	-	-	-	-	-	-	-	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.673	-	-	-	-	-	-	-	-	156.673
Aplicações em instituições de crédito	250.076	8.460	3.766	3.422	-	-	-	-	8.624	274.348
Títulos de dívida pública	3.457	109.479	106.994	160.000	567.610	368.330	400.000	-	-	1.715.870
Crédito a clientes (saldo brutos)	1.679.401	1.280.866	884.104	1.761.757	1.332.331	1.169.837	2.127.592	3.604.449	-	13.840.337
	<u>4.305.307</u>	<u>1.398.805</u>	<u>994.864</u>	<u>1.925.179</u>	<u>1.899.941</u>	<u>1.538.167</u>	<u>2.527.592</u>	<u>3.604.449</u>	<u>8.624</u>	<u>18.202.928</u>
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.410.788)	(121.219)	(44.324)	(11.568)	(21.818)	(21.818)	(43.638)	-	-	(1.675.173)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7.646.413)	(1.156.763)	(1.598.702)	(1.727.708)	(1.735.876)	(36.389)	(704)	-	-	(13.902.555)
Outros passivos subordinados	(14.017)	-	-	-	-	-	(500.000)	-	-	(514.017)
	<u>(9.071.218)</u>	<u>(1.277.982)</u>	<u>(1.643.026)</u>	<u>(1.739.276)</u>	<u>(1.757.694)</u>	<u>(58.207)</u>	<u>(544.342)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.091.745)</u>
Diferencial	<u>(4.765.911)</u>	<u>120.823</u>	<u>(648.162)</u>	<u>185.903</u>	<u>142.247</u>	<u>1.479.960</u>	<u>1.983.250</u>	<u>3.604.449</u>	<u>8.624</u>	<u>2.111.183</u>

Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspectos que o Banco tem implementado:

- a base para coberturas activas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como “referência” dos activos ou passivos;
- os contratos de crédito prevêm possibilidade de alteração de taxas de juros sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;
- realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco taxas de juros de operações activas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.
- aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objectivos referidas na linha anterior.

Risco de crédito

Para monitorar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efectuar a avaliação do risco de crédito, e reporta directamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objectivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e actualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:

- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- análise e aprovação de novos Produtos, seu preço e procedimentos.

Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em acções e títulos de rendimento fixo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Risco de CréditoExposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos de dívida pública	<u>1.485.375</u>	<u>1.715.870</u>
Aplicações em instituições de crédito	1.025.663	274.348
Crédito a clientes	<u>13.086.154</u>	<u>12.870.180</u>
	<u>14.111.817</u>	<u>13.101.948</u>
Garantias e avales	1.746.808	1.203.187
Créditos documentários abertos	<u>2.386.772</u>	<u>2.459.624</u>
	<u>4.133.580</u>	<u>3.662.811</u>
Exposição máxima	<u><u>19.730.772</u></u>	<u><u>18.480.629</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2012			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito				
Crédito a empresas				
Vincendo	6.839.127	114.300	1.244.080	8.197.507
Vencido	1.194	13.722	871.226	886.142
	<u>6.840.321</u>	<u>128.022</u>	<u>2.115.306</u>	<u>8.197.507</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	2.484.726	24.013	164.796	2.673.535
Vencido	8	-	52.915	52.923
	<u>2.484.734</u>	<u>24.013</u>	<u>217.711</u>	<u>2.726.458</u>
Outros créditos				
Vincendo	1.384.386	33.325	183.176	1.600.887
Vencido	2.712	1.685	80.433	84.830
	<u>1.387.098</u>	<u>35.010</u>	<u>263.609</u>	<u>1.685.717</u>
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	209.184	-	-	209.184
Vencido	-	-	49.269	49.269
	<u>209.184</u>	<u>-</u>	<u>49.269</u>	<u>258.453</u>
Total crédito vincendo	<u>10.917.423</u>	<u>171.638</u>	<u>1.592.052</u>	<u>12.681.113</u>
Total crédito vencido	<u>3.914</u>	<u>15.407</u>	<u>1.053.843</u>	<u>1.073.164</u>
Total de crédito	<u><u>10.921.337</u></u>	<u><u>187.045</u></u>	<u><u>2.645.895</u></u>	<u><u>13.754.277</u></u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.737.264	-	57	1.737.321
Vencido	-	-	-	-
	<u>1.737.264</u>	<u>-</u>	<u>57</u>	<u>1.737.321</u>
Garantias pessoais				
Vincendo	16.944	-	-	16.944
Total garantias vincendo	<u>1.737.264</u>	<u>-</u>	<u>57</u>	<u>1.737.321</u>
Total garantias vencido	<u>16.944</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.944</u>
Total de extrapatrimoniais	<u><u>1.754.208</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>57</u></u>	<u><u>1.754.265</u></u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

2011				
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"	Total
Crédito				
Crédito a empresas				
Vincendo	6.481.961	99.605	1.090.201	7.671.767
Vencido	6.330	3.131	747.441	756.902
	<u>6.488.291</u>	<u>102.736</u>	<u>1.837.642</u>	<u>7.671.767</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	2.435.067	52.094	153.412	2.640.573
Vencido	7	25.565	9.419	34.991
	<u>2.435.074</u>	<u>77.659</u>	<u>162.831</u>	<u>2.675.564</u>
Outros créditos				
Vincendo	1.497.555	34.951	127.842	1.660.348
Vencido	3.134	2.677	69.060	74.871
	<u>1.500.689</u>	<u>37.628</u>	<u>196.902</u>	<u>1.735.219</u>
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	284.005	-	-	284.005
Vencido	-	7	-	7
	<u>284.005</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>284.012</u>
Total crédito vincendo	<u>10.698.588</u>	<u>186.650</u>	<u>1.371.455</u>	<u>12.256.693</u>
Total crédito vencido	<u>9.471</u>	<u>31.380</u>	<u>825.920</u>	<u>866.771</u>
Total de crédito	<u>10.708.059</u>	<u>218.030</u>	<u>2.197.375</u>	<u>13.123.464</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.229.730	-	234	1.229.964
Vencido	-	-	-	-
	<u>1.229.730</u>	<u>-</u>	<u>234</u>	<u>1.229.964</u>
Garantias e créditos documentários a Sector Público				
Vincendo	855.370	-	1.561.444	2.416.814
Vencido	-	-	-	-
	<u>855.370</u>	<u>-</u>	<u>1.561.444</u>	<u>2.416.814</u>
Garantias pessoais				
Vincendo	16.033	-	-	16.033
Total garantias vincendo	<u>2.085.100</u>	<u>-</u>	<u>1.561.678</u>	<u>3.646.778</u>
Total garantias vencido	<u>16.033</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.033</u>
Total de extrapatrimoniais	<u>2.101.133</u>	<u>-</u>	<u>1.561.678</u>	<u>3.662.811</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
 - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
 - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
 - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
 - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 6.606.550, ascendendo a imparidade a mCve. 867.828. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2012			2011		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	87.141	150	87.291	195.145	2.716	197.861
Particulares	158.096	299	158.395	12.160	8.051	20.211
	<u>245.237</u>	<u>449</u>	<u>245.686</u>	<u>207.305</u>	<u>10.767</u>	<u>218.072</u>

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

	2012				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.758.436	1.758.436	-	-	1.758.436
Disponibilidades em outras instituições de crédito	280.283	280.283	-	-	280.283
Activos financeiros disponíveis para venda	298.367	298.367	-	28.772	327.139
Aplicações em instituições de crédito	1.025.663	1.025.663	-	-	1.025.663
Títulos de dívida pública	1.485.375	1.495.385	10.010	-	1.485.375
Crédito a clientes	12.271.350	11.985.249	(286.101)	796.444	13.067.794
	<u>17.119.474</u>	<u>16.843.384</u>	<u>(276.090)</u>	<u>825.216</u>	<u>17.944.690</u>

Passivo

Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	259.889	259.937	48	-	259.889
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.772.730	15.802.365	29.635	-	15.772.730
Outros passivos subordinados	514.348	517.776	3.428	(331)	514.017
	<u>16.546.967</u>	<u>16.580.078</u>	<u>33.111</u>	<u>(331)</u>	<u>16.546.636</u>

	2011				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.215.700	2.215.700	-	-	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.673	156.673	-	-	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	313.080	313.080	-	30.452	343.532
Aplicações em instituições de crédito	274.348	274.348	-	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	1.702.678	(13.192)	-	1.715.870
Crédito a clientes	12.045.753	12.001.658	(44.095)	781.847	12.827.600
	<u>16.721.424</u>	<u>16.664.136</u>	<u>(57.288)</u>	<u>812.299</u>	<u>17.533.723</u>

Passivo

Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	1.675.173	1.675.173	-	-	1.675.173
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.902.555	13.883.793	(18.762)	-	13.902.555
Outros passivos subordinados	514.017	502.644	(11.373)	-	514.017
	<u>16.091.745</u>	<u>16.061.610</u>	<u>(30.135)</u>	<u>-</u>	<u>16.091.745</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
 - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
 - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
 - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.407 e mCve. 1.397, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
 - As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A., face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2012					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	36.446	18.237	9.123	(11.806)	(18.264)	(33.881)
Total activo sensível	36.446	18.237	9.123	(11.806)	(18.264)	(33.881)

	2011					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	11.913	5.467	2.620	(2.411)	(4.627)	(8.531)
Total activo sensível	11.913	5.467	2.620	(2.411)	(4.627)	(8.531)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2012 e 2011, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2012	(6.045)	(3.022)	(1.511)	1.511	3.022	6.045
Exercício de 2011	(27.601)	(11.897)	(4.422)	9.866	16.711	29.873

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2012 e 2011, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2012				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.292.865	422.858	21.536	21.177	1.758.436
Disponibilidades em outras instituições de crédito	62.640	162.562	48.117	6.964	280.283
Activos financeiros disponíveis para venda	327.139	-	-	-	327.139
Aplicações em instituições de crédito	1.000.000	7.288	18.375	-	1.025.663
Títulos de dívida pública	1.485.375	-	-	-	1.485.375
Crédito a clientes (líquido)	11.281.973	1.778.987	6.834	-	13.067.794
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	45.022	-	-	-	45.022
Outros activos	29.901	-	-	-	29.901
	<u>15.524.915</u>	<u>2.371.695</u>	<u>94.862</u>	<u>28.141</u>	<u>18.019.613</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(80.410)	(179.479)	-	-	(259.889)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(15.206.602)	(471.101)	(94.048)	(979)	(15.772.730)
Outros passivos subordinados	(514.017)	-	-	-	(514.017)
Outros passivos	(171.111)	(409)	-	(1.698)	(173.218)
	<u>(15.972.140)</u>	<u>(650.989)</u>	<u>(94.048)</u>	<u>(2.677)</u>	<u>(16.719.854)</u>
Exposição líquida	<u>(447.225)</u>	<u>1.720.706</u>	<u>814</u>	<u>25.464</u>	<u>1.299.759</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2011				Total
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.019.097	144.810	39.438	12.355	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	102.988	28.592	21.581	3.512	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	343.532	-	-	-	343.532
Aplicações em instituições de crédito	239.734	7.612	27.002	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	-	-	-	1.715.870
Crédito a clientes (líquido)	11.439.634	1.367.188	20.778	-	12.827.600
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	40.804	-	-	-	40.804
Outros activos	24.308	1.000	-	-	25.308
	15.925.967	1.549.202	108.799	15.867	17.599.835
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(91.606)	(1.583.567)	-	-	(1.675.173)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(13.547.461)	(250.844)	(103.701)	(549)	(13.902.555)
Outros passivos subordinados	(514.017)	-	-	-	(514.017)
Outros passivos	(295.248)	(479)	(5.099)	(15.318)	(316.144)
	(14.448.332)	(1.834.890)	(108.800)	(15.867)	(16.407.889)
Exposição líquida	1.477.635	(285.688)	(1)	-	1.191.946

35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ($\geq 10\%$ do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2012 e de 2011:

Gestão do Capital	Dezembro de 2011	Dezembro de 2012	Variação
Fundos Proprios de Base	1.470.758	1.564.444	93.685
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	560.642	651.385	90.743
Resultado Líquido	60.372	62.270	1.899
Resultados Transitados e outros (Impacto transição para NIRF)	(150.256)	(149.212)	1.044
Fundos Próprios Complementares	511.983	506.503	(5.480)
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	11.983	6.503	(5.480)
Deduções aos Fundos Próprios totais	57.101	29.232	(27.869)
Participações em Instituições de Crédito	57.101	29.232	(27.869)
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	1.925.641	2.041.714	116.074
Total do Activo Ponderado	13.371.553	14.213.957	842.403
Rácios	Dezembro de 2011	Dezembro de 2012	Variação
Fundos Proprios de Base	11,00%	11,01%	0,01%
Fundos Próprios Complementares	3,83%	3,56%	-0,27%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,43%	-0,21%	0,22%
Rácio de Solvabilidade	14,40%	14,36%	-0,04%

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

- (a) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:
- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
 - O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objecto de certificação por Auditor Externo;
 - As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- (ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

- (iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completarem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;
- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respectivo rácio de solvabilidade.

